

MPPE em foco.



ANO VIII – Nº 37
Recife, Retrospectiva do Biênio 2017 - 2018

Retrospectiva

Destaques do Ministério Público de Pernambuco nos anos de 2017 e 2018



30 anos da Constituição Cidadã

Todo poder emana do povo.

Há 30 anos, essa declaração firmou o compromisso do Brasil com seus cidadãos. É o artigo 1º da Constituição, promulgada em 1988, que trouxe o protagonismo do cidadão como grande avanço, ampliando direitos e garantias individuais.

O **Ministério Público de Pernambuco** celebra esta data com seu trabalho para que as conquistas de cidadania sejam efetivadas na vida da população.

1988

2018

Expediente

Ministério Público de Pernambuco – **Procurador-geral de Justiça** Francisco Dirceu Barros | **Subprocuradora-geral em Assuntos Institucionais** Laís Teixeira Coelho Cavalcanti | **Subprocuradora-geral em Assuntos Administrativos** Maria Helena da Fonte Carvalho | **Subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos** Clênio Valença Avelino de Andrade | **Corregedor-geral** Paulo Roberto Lapenda Figueirôa | **Corregedor-geral substituto** Renato da Silva Filho | **Ouvidor-geral** Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti | **Secretário-geral** Alexandre Augusto Bezerra | **Secretário-geral adjunto** Gustavo Augusto Rodrigues de Lima | **Chefe de gabinete** Paulo Augusto de Freitas Oliveira | **Assessora Ministerial de Comunicação Social** Evângela Andrade | **Jornalistas** Bruno Bastos, Fernando de Albuquerque, Isabella Padilha, Miguel Rios e Rafael Sabóia | **Publicidade** Alberto Spinelli, Andréa Corradini, Leonardo MR Dourado e Thais Vanderlei | **Fotógrafo** Ivson Henrique | **Estagiários** Júlio César Martins (Jornalismo), Marina Gomes e Rodrigo Paiva (Publicidade) | **Apoio Administrativo** Ladjane Aleixo e Marli Cruz | **REVISTA MPPE - Edição** Assessoria Ministerial de Comunicação Social (AMCS) | **Diagramação** Alberto Spinelli, Aluísio Ricardo e Leonardo MR Dourado | **Fotos** Assessoria MPPE.

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco – Rua do Imperador Dom Pedro II, n.º 473 – Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra – Santo Antônio, Recife, PE – CEP: 50.010-240 – Fones: (81) 3303.1259 / 1270 / 1279 – Fone-fax: (81) 3303.1260 – E-mail: imprensa@mppe.mp.br – www.mppe.mp.br – www.twitter.com/mppe_noticias – www.instagram.com/mppeoficial – www.facebook.com/MPPEoficial

A satisfação do dever cumprido

Realizar o máximo de ações possível, otimizando os recursos, aperfeiçoando o planejamento e projetando melhoras na qualidade de vida dos cidadãos. Neste biênio 2017-2018, o Ministério Público de Pernambuco enfrentou dificuldades, devido à crise econômica, para concluir seus objetivos. Mas dinamizou suas estratégias de gerenciamento, planejou as iniciativas, dialogou com membros, servidores e sociedade civil, comprometeu-se com as prioridades e seguiu com a missão de garantir justiça e cidadania. O esforço gerou vitórias.

Os investimentos foram cuidadosamente traçados com a consciência de que a Instituição teria de se moldar ao cenário conturbado, mas sem estacionar as demandas importantes que deveriam ser cumpridas. Segurança pública, capacitação e reforço de pessoal, soluções tecnológicas, aperfeiçoamento de processos internos, entre outros temas, foram indicados como essenciais para que o MPPE se mostrasse atuante e efetivo em seus resultados.

Assim, iniciativas como Gabinete Itinerante; MPLabs; maior infraestrutura de TI; implantação do SEI; Câmara de Resolução de Conflitos; aprimoramento das atividades dos Caops, núcleos e GTs, inclusive com a criação do Caop Educação; Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro; novos canais de comunicação social e campanhas publicitárias de conscientização; convocação de novos promotores de Justiça, reforço na segurança institucional; ampliação e construção de novas sedes; pioneirismo nos acordos de não-persecução penal; em meio a várias realizações, fizeram de 2017 e 2018 anos de muito esforço e dedicação, mas também de muitas recompensas e orgulho para todos os que fazem um MPPE confiável, sólido e presente na transformação da realidade social, defesa dos direitos e bem-estar dos pernambucanos.

Agradecemos a todos os integrantes que nos ajudaram a alcançar os resultados obtidos, frutos de um esforço coletivo exposto nesta retrospectiva.

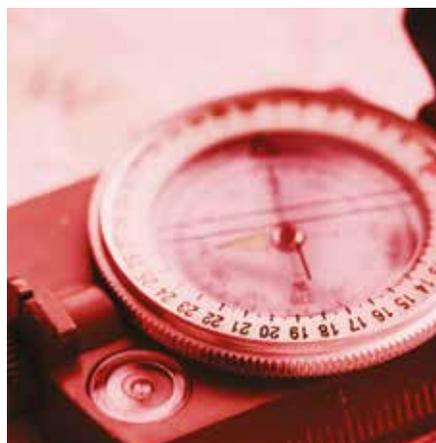
Boa leitura e um próspero 2019 para todos!





ENTREVISTA

Evolução; cenário de crise nacional; projetos institucionais; combate à violência; e o futuro da atuação do MPPE. O procurador-geral de Justiça apresenta um resumo dos últimos dois anos na entrevista que abre esta edição. **6**



PROTAGONISMO

Não há como cobrar transparência, sem ser transparente. Não há como defender a democracia, sem ser democrático. Essas e outras ações resultaram em um protagonismo reconhecido por outros órgãos, instituições e, principalmente, pela sociedade civil. **8**

Transparência **9**

Democracia Plena **10**

Não persecução penal **11**

MPLabs **12**



RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

Ouvir o cidadão, compreender suas demandas e atuar em prol do interesse público. Ao longo dos últimos dois anos, o MPPE manteve o diálogo direto através de audiências públicas, atendimentos, visitas às escolas e integrando a vontade popular na construção do seu planejamento estratégico. **13**

Gabinete de Crise **14**

Desaparecidos **15**

Serviço bancário **15**

Eleições 2018 **16**

Caop Consumidor **17**

Caop Cidadania **18**

Caop Saúde **18**

Caop Infância e Juventude **19**

Caops Educação e Sonegação **20**

Caop Patrimônio Público **22**

Caravana da Pessoa Idosa **22**

Caop Criminal **23**

Meio ambiente **24**

Combate ao crime **26**

Núcleo de Casa Amarela **28**

Núcleo de Apoio à Mulher **28**

Núcleo da Família **28**

GT Racismo **29**

Sumário



MPPE MAIS FORTE

A forte articulação nacional permitiu que o MPPE modificasse sua imagem em diversas esferas nacionais, fortalecendo a Instituição, a carreira e as prerrogativas da organização. **30**

Direito de voto **31**

Evolução na carreira **32**

Audiências **34**

Business Intelligence **35**

MP-e **36**

Gabinete Itinerante **37**

Defesa da vida **38**

Manifestações **38**

Segurança pública **39**



SECRETARIA GERAL

Para alcançar seus objetivos, o MPPE não pode deixar de investir em estrutura: é o foco em aprimorar os recursos humanos, processos de gestão, equipamentos e soluções que está levando a Instituição a outro nível de excelência **40**

CMTI **41**

Gestão Estratégica **43**

Controle Interno **45**

Gestão de Pessoas **46**

AMSI **48**

CMATI **49**

Governança **51**

CMAD **53**

Biblioteca **54**

Cerimonial **54**

AMCS **55**



CAPACITAÇÃO PARA MEMBROS E SERVIDORES

Capacitar membros e servidores é assunto de primeira ordem no MPPE.

A organização tem capitaneado uma série de eventos de treinamento e integração com foco na melhoria do desempenho institucional. **56**

ESMP **57**

“Plantamos flores no deserto”

“Aqui o presente já é futuro. Logo logo, os membros e servidores de nossa instituição poderão trabalhar no melhor ambiente, com interlocução, valor humano e inteligência artificial”



Foto: AMCS

Natural do Crato, no Ceará, Francisco Dirceu Barros iniciou sua carreira no Ministério Público de Pernambuco (MPPE) em 30 de setembro de 1999, na comarca da cidade de Exu, no Sertão. Foi promotor de Justiça titular nas cidades de Ouricuri, Trindade, Bodocó, Panelas, Águas Belas, Lagoa do Ouro, Angelim, Jurema, Bom Conselho e Garanhuns. Quando foi escolhido procurador-geral de Justiça, em 2017, era o segundo promotor de Justiça Criminal em Garanhuns, coordenando a sede das Promotorias de Justiça daquela cidade. Conhecido por ser professor, ele é mestre em Direito e especialista em Direito Penal e Processo Penal, sendo escritor de mais de 60 títulos. Nesta entrevista, ele fala sobre os desafios de gestão enfrentados nos últimos dois anos, ressaltando que o MPPE precisa olhar para frente, procurando colher frutos para avançar rumo ao futuro.

Considerando a atuação do MPPE no âmbito nacional, nos últimos dois anos, como destaca a evolução da organização diante dos demais Ministérios Públicos brasileiros?

Evoluímos muito! O Ministério Público de Pernambuco é destaque em vários setores e se tornou protagonista em vários projetos. Por exemplo: a visão futurista do processo penal com o acordo de não

persecução penal; nosso empenho na utilização de inteligência artificial com o MPLabs; nossa priorização do cumprimento das metas de transparência pública que resultou com a primeira colocação no Transparentômetro do Conselho Nacional do Ministério Público; e mesmo com o histórico projeto Democracia Plena, de forma que somos o primeiro Ministério Público a ser democratizado no Brasil.

Os dois últimos anos foram difíceis no contexto do cenário fiscal nacional e local. Como o MPPE venceu essa batalha para garantir investimentos em projetos de relevância para a organização e para o povo de Pernambuco?

Herdamos a pior crise da história do Ministério Público brasileiro. Cortamos na carne, reduzimos custos e estabelecemos prioridades. Os desafios foram enfrentados com muita fé, humildade e determinação. Focamos em soluções que tinham potencial de apresentar resultados de excelência e conseguimos implementar um modelo de gestão que aliou princípios da administração pública a técnicas da moderna gestão administrativa. Superamos a crise, não faltou nada nos últimos dois anos e ainda crescemos em todos os setores, fizemos aquisições e conseguimos contratar serviços. Ouso dizer que plantamos flores no deserto.

Diante desse cenário, pode destacar projetos de relevância que foram desenvolvidos?

São vários, mas destaco dois de grande impacto e que serão copiados por todos Ministérios Públicos do Brasil: Democracia Plena e o MPLabs. Hoje, somos um modelo de gestão democrática. Os ministérios de 22 estados já solicitaram a cópia do projeto. Mudamos a história do MP nacional e várias gerações ao ouvirem falar de democracia terão como referência o Ministério Público de Pernambuco. Nosso laboratório de inteligência artificial será, em pouco tempo, o grande referencial para todos os MPs do Brasil e também outras organizações. Aqui em Pernambuco, antecipamos o futuro. O presente já é futuro e, logo logo, os membros e servidores de nossa instituição poderão trabalhar no melhor ambiente com interlocução, valor humano e inteligência artificial. São dois projetos que serão reconhecidos como a “nova Revolução Pernambucana”.

No seu ponto de vista, quais os principais avanços alcançados para a carreira dos membros e servidores nos dois últimos anos?

Fizemos a maior movimentação da carreira em um período de dois anos, foram mais de 200 movimentações entre promoções e remoções. Com o Direto PGJ, Reclame e sugira PGJ, Gabinete Inteligente e Gabinete Itinerante, aproximamos a gestão superior dos membros. Para os servidores, garantimos nos dois anos a reposição integral inflacionária, fizemos um concurso para repor os últimos cargos vazios.

Acha que o MPPE está mais próximo do povo pernambucano?

Com certeza. Desenvolvemos várias ações que tinham como principal escopo estabelecer um maior relacionamento com a sociedade, entre as quais posso citar o encontro com movimentos sociais, o Gabinete de Acompanhamento de Crise e também projetos como o Educação Contra a Corrupção e a Sonegação. Ações que, com certeza, aproximaram ainda mais a nossa Instituição da sociedade pernambucana e, principalmente, daqueles que mais precisam.

Uma das principais bandeiras do MPPE é o combate ao crime, como destaca as ações que visam proteger o pernambucano da violência?

Aperfeiçoamos o combate à violência com várias ações. Entre elas podemos elencar a estruturação total do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO) e o Núcleo de Inteligência do Ministério Público de Pernambuco (Nimppe). Criamos uma legislação para as duas áreas e realizamos toda uma reestruturação com equipamentos de última geração e diversas capacitações. Criamos o Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro, estruturando-o com equipamentos de última geração. Proporcionamos cursos de investigação para os promotores, como o curso Lava-Jato, que ocorreu em Curitiba e foi organizado pelo MPPE em parceria com Ministério Público do Paraná (MPPR). Nomeamos 61 promotores de Justiça e priorizamos suas lotações em promotorias criminais, fato que diminuiu drasticamente a violência, principalmente, no interior do

“Conseguimos implementar um modelo de gestão que aliou princípios da administração pública a técnicas da moderna gestão administrativa”

Estado. Estruturamos a área de Segurança Institucional que, hoje, faz contato 24h com todos os promotores do Estado. Entre diversas outras ações de relevância.

Fazendo um balanço, quais os principais desafios encontrados no início da sua gestão e como procurou solucioná-los?

O maior desafio foi o orçamentário e também várias leis que tínhamos que aprovar para promover várias mudanças dentro do Ministério Público de Pernambuco. Antes, nós não tínhamos dinheiro nem para cobrir as despesas com pessoal. Estabelecemos um amplo diálogo, harmônico e independente, com o Poder Executivo e o Poder Legislativo, conseguimos várias suplementações orçamentárias e aprovamos todos os projetos que enviamos à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). No meio da crise, o estabelecimento de um diálogo fraterno, com a manutenção da rigidez dos princípios republicanos, foi o principal vetor pelo qual saímos ainda mais fortalecidos.

Quais seus planos para o futuro da atuação do MPPE?

Em apenas dois anos, colocamos o Ministério Público “nos trilhos e em direção ao futuro”. Fizemos melhorias gerais em vários setores do MPPE e agora chegou o momento do próximo gestor focar os investimentos em áreas que considero estratégicas para ficarmos entre os grandes Ministérios Públicos do Brasil. Neste sentido, precisamos fazer um grande investimento em áreas como a estruturação mínima das Promotorias; a formação dos membros, mediante tratativas com a Universidade de Lisboa, para trazer a realização de doutorado e mestrado em Pernambuco; a segurança institucional, pois temos um processo de licitação de vários equipamentos para melhorar a segurança das Promotorias; o projeto piloto do Grupo de Apoio aos Promotores (GAP), que come-

çará a ser implementado em três circunscrições; a destinação de verbas para o desenvolvimento de um Programa de Qualidade de Vida para os membros e servidores; a renovação do parque tecnológico, um projeto que já foi iniciado com a aquisição de 500 computadores e encontra-se em fase de contratação a compra de 500 ultrabooks/notebooks; entre vários outros. Assim, o próximo gestor do MPPE encontrará os projetos em fase de efetivação.

As expectativas para a gestão foram atendidas ou superadas?

Atendidas. Executamos 100% da linha programática possível e ainda efetuamos 34 projetos que nasceram da colheita de sugestões no curso da gestão. Sabemos que ainda há muito para ser realizado; nossa meta é não retroceder e avançar para o futuro. O nosso Ministério Público deve estar no pódio em conjunto com os grandes Ministérios Públicos do Brasil. Essa é a meta que ousamos sonhar e que já começamos a concretizar.



Protagonismo

Não há como cobrar transparência sem ser transparente. Não há como defender a democracia sem ser democrático. Essas e outras ações resultaram em um protagonismo reconhecido por outros órgãos, instituições e, principalmente, pela sociedade civil.

1000%

Transparente

Em 2018, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) foi considerado como o mais transparente do País, segundo dados divulgados, em julho, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A Instituição ocupou a primeira colocação no ranking intitulado Transparentômetro, ao lado dos MPs da Bahia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.

Em apenas um ano, o MPPE saiu da 28ª posição para a primeira colocação no ranking, com atendimento de 100% dos itens avaliados no primeiro quadrimestre de 2018. Foram avaliados 300 itens pelo CNMP, tais como licitações, contratos e convênios, execução orçamentária e financeira, gestão de pessoas, serviço de informações ao cidadão, planejamento estratégico, recomendações, termos de ajustamento de conduta e audiências públicas.

“Chegar ao primeiro lugar em um ano e seis meses é algo inédito e que simboliza uma verdadeira mudança de cultura dentro do MPPE. Hoje, a transparência é nossa prioridade, pois trabalhamos com diálogo e compromisso social. Hoje, a aplicação da transparência é muito mais do que uma obrigação legal, é uma diretriz no MPPE, pois uma organização transparente é uma organização fortalecida”, disse o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

No segundo semestre do último ano foi possível evoluir para a sexta posição; em maio de 2018, o MPPE

atingiu a terceira colocação; e em julho do mesmo ano, chegou ao primeiro lugar. “O planejamento possibilitou o alcance da meta inicial e agora o desafio é manter-se nas primeiras colocações. Toda equipe da Secretaria Geral, em especial da Controladoria Ministerial Interna e da Ouvidoria do MPPE, estão de parabéns, pois já começamos a colher os frutos de todo esforço realizado”, disse o secretário-geral do MPPE, Alexandre Bezerra.

“Na busca de fortalecer o sistema de transparência do MPPE, criamos uma agenda com os gestores para manter as informações no Portal da Transparência sempre atualizadas e o resultado é fruto direto dessa parceria”, disse o controlador ministerial interno, Rodrigo Amaro, responsável pela gestão das informações no Portal.

Com mais facilidade e praticidade no acesso às informações do MPPE, o cidadão pernambucano pode exercer melhor o controle social da organização. “O cidadão pode consultar todas as informações em formato aberto e em um único local.”, reforçou ele.

Escaneie o QR Code para conhecer o Portal da Transparência do MPPE



Arte: AMCS

Democracia Plena traz novo paradigma institucional ao MPPE

A aprovação da Lei Complementar n.º 390/2018, intitulado Democracia Plena, que alterou a Lei Orgânica do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), além de simbolizar um latente avanço organizacional, representa novas possibilidades de abertura de espaços democráticos de diálogo, interlocução e participação, de forma a tornar a instituição ministerial ainda mais sintonizada com os interesses da sociedade pernambucana, do Sertão à Capital.

Com a entrada em vigor da Lei intitulada Democracia Plena, qualquer promotor de Justiça que satisfaça as condições para concorrer ao cargo de procurador-geral de Justiça poderá também assumir os demais cargos da Administração Superior, a exemplo do cargo de ouvidor, corregedor-geral e subprocurador-geral de Justiça, bem como disputar os cargos no Conselho Superior do Ministério Público.

“A aprovação do Projeto de Lei Complementar, que versa sobre profundas modificações na Lei Orgânica do MPPE, em privilégio ao princípio da isonomia e em respeito à moderna perspectiva democrática do defensor da democracia, colocou a Instituição na vanguarda da democratização do Ministério Público brasileiro. O Democracia Plena simboliza um latente avanço organizacional, representando novas possibilidades de abertura de espaços democráticos de diálogo, interlocução e participação”, asseverou o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

O projeto já desperta interesse de outros estados, na perspectiva de outros Ministérios Públicos também implementarem tais avanços.



Escaneie o QR Code para
acessar o *hotsite* do
Democracia Plena



Democracia Plena

	Como era	Como ficou
Candidatura a procurador-geral	Qualquer membro com mais de 35 anos e 10 anos de exercício poderia ser votado, a menos que apresentasse pedido de renúncia à elegibilidade	Somente serão candidatos membros com mais de 35 anos de idade e 10 anos de exercício, que se inscreverem para disputar o pleito
Votação para procurador-geral de Justiça	Obrigatório votar em três nomes	Possível votar em até três nomes
Designação para o cargo de subprocurador-geral de Justiça¹	Procurador-geral somente podia designar procuradores de Justiça	Procurador-geral pode designar procuradores de Justiça e os promotores com mais de 35 anos de idade e dez de exercício.
Composição do Conselho Superior	Formado pelo procurador-geral de Justiça, pelo corregedor-geral de Justiça, membros natos e por sete procuradores eleitos, com o mesmo número de suplentes	Composto pelo procurador-geral de Justiça e por oito procuradores ou promotores eleitos, com mais de 35 anos de idade e dez de exercício, dentre os quais será escolhido o corregedor-geral por este colegiado, e o mesmo número de suplentes
Candidatura para Conselho Superior	Qualquer procurador poderia ser votado	Podem ser candidatos procuradores de Justiça e promotores com mais de 35 anos de idade e dez de exercício que se inscreverem para disputar o pleito
Corregedor-geral²	Eleito pelo Colégio de Procuradores, sendo elegíveis os procuradores de Justiça	Pode ser procurador ou promotor de Justiça, escolhido em votação secreta pelos integrantes do Conselho Superior, devendo ser um dos membros titulares do Conselho
Mandato de corregedor-geral	Duração de dois anos, podendo ser reconduzido uma única vez	Duração de dois anos, vedada a recondução, à semelhança do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)
Corregedor substituto	Apenas procurador de Justiça, indicado pelo corregedor-geral e aprovado pelo Colégio de Procuradores	Pode ser procurador ou promotor de Justiça com mais de 35 anos e 10 anos de exercício, indicado pelo corregedor-geral e aprovado pelo Conselho Superior
Assessoria do corregedor	Corregedor era assessorado por até seis promotores de Justiça da mais elevada entrância	Corregedor será assessorado por até seis promotores de Justiça com mais de 35 anos e dez de exercício (independente de entrância)
Ouvidor	Função só podia ser exercida por procurador de Justiça, eleito em votação aberta no Colégio de Procuradores	Função pode ser exercida por procurador ou promotor de Justiça com mais de 35 anos e dez de exercício, eleito em votação secreta pelos integrantes da carreira
Substituição do ouvidor	Em casos de impedimento ou afastamento eventual, o ouvidor era substituído pelo segundo candidato mais votado	Em casos de impedimento ou afastamento eventual, o ouvidor será substituído por membro com mais de 35 anos e dez de exercício por ele indicado, no início do seu mandato

Obs. 01: Com o PLE, o procurador-geral de Justiça, após o mandato, não poderá ser indicado para o cargo de subprocurador-geral em Assuntos Institucionais.

Obs. 02: Com a mudança, o corregedor-geral, após o mandato, não poderá ser escolhido corregedor-geral substituto



MPPE abre o primeiro Núcleo de Não Persecução Penal do Brasil

Seguindo uma determinação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) publicou, no Diário Oficial de 27 de abril, a Resolução n.º 02/2018, que regulamenta a adoção do acordo de não persecução penal, iniciativa pioneira em todo o País.

Em Pernambuco, o MPPE mantém em funcionamento um Núcleo de Acordo de Não Persecução Penal (NANPP), dentro da Central de Inquéritos, que ficará responsável por tal propositura de acordo.

As novidades trazidas pela Resolução incorporam soluções alternativas ao processo penal, garantindo celeridade na resolução dos casos menos graves, proporcionando mais efetividade e

celeridade à Justiça, que irá priorizar sua atuação no julgamento de crimes graves.

“O acordo de não persecução é aplicado em países desenvolvidos há mais de 100 anos e até mesmo em casos mais graves. Ele torna a Justiça mais rápida, ajuda a evitar a morosidade e a sensação de impunidade, além de economizar recursos humanos e materiais”, afirmou o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

A Resolução n.º 03/2004 adequa o que preconiza a Resolução n.º 181/2017 do CNMP. Em relação à prática dos acordos de não persecução penal, a Resolução estabelece que o MPPE poderá propor a medida ao investigado quando o crime cometido tiver pena mínima inferior a

quatro anos e as circunstâncias do fato não incluírem violência ou grave ameaça à vítima.

Cumprindo esses pré-requisitos, e com a confissão de autoria por parte do investigado, o membro do MPPE poderá propor qualquer das seguintes medidas, isolada ou cumulativamente: renunciar aos seus bens ou direitos indicados pelo MPPE como instrumentos ou produtos do crime; prestar serviços à comunidade ou a entes públicos por um período correspondente à duração da pena mínima prevista para o crime diminuída de um ou dois terços; pagar multa a ser destinada à entidade pública ou de interesse social; ou outra condição estipulada pelo MPPE, desde que compatível com a infração praticada.

Empenho no combate à corrupção

Em 2017, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) uniu forças junto a outros MPs do Brasil para o fortalecimento, em rede, do combate à corrupção. 11 representantes do MPPE, entre eles o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, participaram, entre os dias 19 e 21 de setembro daquele ano, do I Workshop Experiências da Força-Tarefa Lava Jato: técnicas especiais de investigação para o enfrentamento da corrupção, realizado na sede do Ministério Público do Paraná (MPPR), em Curitiba. Durante o curso, os membros do MPPE compartilharam experiências com os investigadores da Lava Jato.



Foto: Divulgação MPPR

O procurador-geral de Justiça do MPPE, Francisco Dirceu Barros, no evento de abertura do Workshop

Inteligência artificial revoluciona processos e procedimentos no MPPE

O MP Labs, criado por meio da Portaria PGJ n.º 1.178/2018, é o Laboratório de Inovação Tecnológica e de Negócios responsável pela transformação digital do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). O laboratório faz uso das últimas ferramentas tecnológicas à disposição do mundo digital para potencializar a entrega de serviços ministeriais à sociedade pernambucana.

Em agosto, o MPPE firmou parceria com o Porto Digital, buscando o apoio na estruturação e operação do MP Labs, bem como na elaboração e viabilização da Estratégia de Transformação Digital do MPPE. O fruto desta ação é uma série de atividades de inovação, tais como: ciclos de inovação aberta, habilitação digital dos colaboradores e lideranças do MPPE. “Vamos transformar o MPPE no MP mais moderno e tecnológico do País. O caminho é longo, mas já demos os primeiros passos com a decisão estratégica da Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do MPPE (CETI) e todo o apoio da Procuradoria Geral de Justiça em fazer esse tipo de investimento”, asseverou o secretário-geral do MPPE, Alexandre Bezerra.

Em 2018, o MPPE realizou três ciclos de inovação aberta por meio da metodologia Open Innovation Labs (OIL), denominado MPlay 2018 promovendo inovação e consolidando conhecimentos e ideias de especialistas externos, por meio de todo o ecossistema de empresas e startups de inovação, como também ideias de especialistas do negócio, ou seja, os promotores e servidores da Instituição.

Com essa junção de conhecimentos, o MP Labs espera promover inovação com um menor custo, obtendo excelentes retornos. A partir dessa metodologia, o MP Labs buscou criar novos produtos, como também mudar o paradigma e uso de produtos já existentes, promovendo inovação em todos os sentidos.

Em dezembro, período em que se celebra o Dia Nacional do MP, o MP Labs espera entregar ao menos quatro MVPs (Produto Mínimo Viável) de inovação em funcionamento na Instituição. “Nas rodadas realizadas, foram apresentados projetos muito bons e funcionais. Os pequenos detalhes que fizeram com que a comissão os escolhessem”, comentou

o promotor de Justiça e presidente do CETI, Antônio Rolemberg.

Os produtos são o Assistente Digital do Promotor, que irá agregar em um único local espaço de pesquisa e composição automática de pareceres e outros documentos, levando em consideração jurisprudências, melhores práticas e nível de resolutividade; o AudFácil, ferramenta que irá promover transcrição ágil de vídeo de audiências; o AutoPlay, ferramenta para exibição da história de um processo, permitindo um rápido entendimento do conhecimento acumulado acerca do documento; e o ScoraMP, uma plataforma de investigação e identificação de sócio ocultos e do perfil de empresas sonegadas.

Em parceria com a Ouvidoria do MPPE, o Laboratório desenvolveu um assistente digital para a Ouvidoria que irá permitir que o MPPE se aproxime do cidadão e também acelerar a tramitação e a captura das respostas das manifestações. Intitulado “Manifeste-se aqui”, o agente irá proceder, de forma digital, com toda a tramitação, permitindo o acompanhamento da demanda em tempo real.



Relação com a Sociedade

Ouvir o cidadão, compreender suas demandas e atuar em prol do interesse público. Ao longo dos últimos dois anos, o MPPE manteve o diálogo direto através de audiências públicas, atendimentos, visitas a escolas e integrando a vontade popular na construção do seu planejamento estratégico.



MPPE organiza Gabinete de Crise para apoiar povo pernambucano

A atuação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) na defesa dos direitos difusos e coletivos da população vai além da participação em contendas no sistema de Justiça, com o objetivo de proteger a população pernambucana nos momentos de crise. Foi assim em 2017, quando a Mata Sul do Estado foi assolada por enchentes e enxurradas que destruíram diversas cidades daquela região; e também durante a crise dos caminhoneiros, em meados deste ano. Nas duas ocasiões, o MPPE atuou com a organização de um Gabinete de Acompanhamento de Crise (GAC), objetivando garantir o acesso aos serviços essenciais e aos direitos sociais e individuais ao cidadão pernambucano.

“Nosso principal objetivo foi o de fazer um monitoramento constante da prestação de serviços básicos à população, principalmente aqueles rela-

cionados à saúde, segurança pública, abastecimento de alimentos, gasolina e gás de cozinha. Mantivemos um permanente contato com o Poder Executivo estadual e outras instituições, para interagirmos nas ações necessárias”, disse o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

Durante a vigência do GAC, nas duas ocasiões, os Centros Operacionais de Apoio às Promotorias (Caops) monitoraram a evolução dos quadros inerentes a cada área de atuação, repassando as informações e orientações ao GAC, bem como aos membros. “Permanentemente, procuramos compartilhar as informações e estivemos à disposição de todos os membros e da sociedade para a adoção das providências necessárias”, comentou Dirceu Barros.

Durante a crise dos caminhoneiros, em maio de 2018, o GAC atuou para

garantir o abastecimento de gasolina em todo o Estado, articulando ações para evitar os preços extorsivos e o abuso de poder econômico por parte dos proprietários de posto de gasolina. “Mantivemos nossa vigilância e mobilização durante toda a crise, mantendo o Ministério Público mobilizado e atento ao pós-greve para garantir a integral defesa dos direitos e garantias do cidadão pernambucano”, destacou o procurador-geral.

Já durante o período de chuvas, em 2017, o MPPE reuniu prefeitos dos 27 municípios atingidos para garantir os reparos aos danos e prejuízos causados, evitando qualquer dano ao erário. “Naquele período, tomamos a iniciativa de convocar os prefeitos das regiões afetadas para debater sobre as vedações e permissões legais em situações de emergência e calamidade”, finalizou.



Fotos: AMCS



Gabinete de Crise e promotores de Justiça da Mata Sul mantiveram diálogo constante para acompanhar a atuação das prefeituras durante os trabalhos de reconstrução das cidades atingidas pelas enchentes

Pernambuco adere a Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos

A partir da atuação no cenário nacional, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) formalizou, em novembro de 2017, o termo de adesão ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para a expansão do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid).

O objetivo central do Sinalid é a criação de um sistema nacional de buscas de forma integrada para o desenvolvimento de ações conjuntas para sistematizar procedimentos, comunicações e registros de notícias de pessoas desaparecidas ou vítimas de tráfico humano, com cruzamento de dados. “Pernambuco é o décimo Estado com maior número de desaparecidos, totalizando mais de 20 mil. A adesão ao Sistema vai nos aju-

dar a diminuir a dor de muitas famílias”, explica o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

Além de formar um grande banco de dados, a articulação nacional irá viabilizar a troca de informações entre os parceiros dos Estados. “Em muitas ocasiões, uma pessoa tira uma carteira de habilitação em outro estado, por exemplo, enquanto a família estava procurando por ela no estado de origem. E os órgãos públicos não sabem porque não existe essa intercomunicação”, asseverou Dirceu Barros.

A presidente do CNMP reforça a necessidade de enfrentamento, pelo Ministério Público, da temática das pessoas desaparecidas. “O desaparecimento de pessoas

é, por excelência, um assunto de Direitos Humanos. É um tema que deve ser enfrentado pelo Ministério Público”, disse a procuradora-geral da República e presidente do CNMP, Raquel Dodge.

Histórico - O Sinalid foi instituído por meio do acordo de cooperação celebrado entre o CNMP e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), em 24 de agosto de 2017. A iniciativa teve como objetivo estabelecer cooperação técnica para o desenvolvimento de ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de interesse comum de sistematização dos procedimentos de comunicações e registros de notícias de pessoas desaparecidas e vítimas de tráfico de seres humanos.

Atuação para reabrir agências bancárias no interior do Estado

O procurador-geral de Justiça de Pernambuco, Francisco Dirceu Barros, procurou, em conjunto com prefeitos e representantes dos municípios de todo o Estado, articular ações para resolver um problema que estava trazendo prejuízos para cerca de 350 mil pessoas em 12 cidades: o fechamento de agências bancárias. O encerramento das atividades de vários bancos foi acarretado pelo aumento das investidas criminosas contra agências bancárias. Ao todo, 107 agências bancárias sofreram assaltos em 2017.

Acompanhados pelo presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) e prefeito de Afogados da Ingazeira (Sertão do Pajeú), José Patriota, os gesto-

res de sete municípios pediram a intervenção do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para evitar que os estabelecimentos bancários públicos, como os do Banco do Brasil, fechem suas portas de vez.

“É um prejuízo imensurável para a população e um desrespeito a idosos e pessoas que precisam se deslocar para outras cidades. Sem falar na economia dos municípios, que vem sendo sistematicamente prejudicada”, afirmou o presidente da Amupe.

Desta feita, o PGJ-PE procurou abrir espaço de diálogo com as instituições bancárias no sentido de evitar o fechamento e incentivar as instituições a implementarem novos sistemas de segurança, atuando em articulação com as polícias Civil e Militar

para garantir o funcionamento dos estabelecimentos bancários.

“A inexistência de uma instituição bancária em diversas cidades do interior de Pernambuco é extremamente prejudicial para o dia a dia dos cidadãos dessas cidades e, principalmente, para a atividade econômica local. Assim, procuramos por meio do diálogo impedir o fechamento das agências e atuar de forma ainda mais proativa no combate à criminalidade local”, disse o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

Ainda em novembro de 2017, as instituições financeiras reabriram suas agências em sete municípios. Até o primeiro semestre de 2018, 30 reaberturas foram realizadas.



Atuação articulada na garantia dos deveres constitucionais nas eleições de 2018

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Contas (MPCO-PE) e Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) emitiram a Recomendação Conjunta nº 001/2018 com o objetivo de alertar prefeitos e vereadores acerca de possíveis abusos de poder político durante as eleições gerais deste ano.

No documento, as instituições alertaram para a proibição da cessão de uso de bens móveis e imóveis; de servidores e demais trabalhadores do governos municipais em favor de partido político, coligação ou candidato ao pleito deste ano. “Essa foi uma atitude inédita no Brasil. As quatro instituições estavam articuladas e organizadas no processo de fiscalização das eleições deste ano, com o objetivo comum de impedir o abuso de poder político por parte dos gestores municipais. Tudo para assegurar a normalidade e a legitimidade do pleito, respeitando, primeiramente, a igualdade entre os candidatos e a vontade popular”, destacou o procurador-geral de Justiça do MPPE, Francisco Dirceu Barros.

Entre outras vedações preconizadas pela legislação eleitoral, estava permitir a pro-

moção de um candidato, partido ou coligação com a distribuição de bens ou serviços sociais que são custeados pelo poder público. “Em muitas cidades, a gestão municipal acaba apoiando candidatos nas eleições majoritárias, o que é legítimo se considerarmos as coligações partidárias formadas. Trabalhamos para coibir o abuso de poder e a utilização da máquina pública para a promoção de candidatos”, relatou Barros.

No texto, os órgãos alertaram, ainda, que a publicidade de atos, programas, obras e serviços deveriam ter caráter educativo e informativo, promovendo a orientação social no consumo de serviços públicos. Estas campanhas não podiam ter nomes, símbolos ou imagens que pudessem caracterizar promoção pessoal, de autoridades ou servidores públicos específicos.

Fiscalização - No que diz respeito à conduta dos promotores, o MPPE publicou em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF), a Portaria Conjunta nº 001/2018 a fim de regulamentar e disciplinar a fiscalização que é realizada durante o período eleitoral. “Regulamentamos de forma didática e bem efetiva todo o trabalho dos promotores eleitorais durante as

eleições federais e estaduais. Embora eles não pudessem ajuizar ações para estas eleições, foi possível fiscalizar as campanhas, investigar a prática e ilícitos, além de apurar atos relacionados à infração eleitoral. Os promotores também puderam representar aos juízes eleitorais de suas respectivas zonas eleitorais para que exercessem o poder de polícia da Justiça Eleitoral e adotassem providências para impedir ou fazer cessar a prática de infrações eleitorais, inclusive propaganda irregular”, disse Barros.

A integração entre os dois órgãos foi questão de primeira ordem para que fosse possível promover a plena fiscalização das eleições. “Com essa atuação conjunta, pudemos exercer a fiscalização com mais efetividade e abrangência com dedicação exclusiva dos promotores eleitorais à questão das eleições”, completou Barros. O documento também atendeu a uma recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que previa a atuação harmoniosa e integrada do MPF e dos promotores de Justiça que atuam em matéria eleitoral.

Consumidor consciente e com direitos garantidos

Muitas vezes, a violação a um direito não prejudica apenas um consumidor, e sim uma gama de pessoas, principalmente nos casos de grandes empresas, como as de telefonia, energia e planos de saúde, que agregam milhares de clientes. Daí a importância da atuação do Ministério Público, para combater, ainda na raiz, a causa dessas violações. Nos últimos dois anos, além de informar aos cidadãos sobre seus direitos, o Caop Consumidor promoveu diversas iniciativas a fim de garantir que eles fossem cumpridos.

Junto aos órgãos integrantes da Rede Consumidor PE, o Caop realizou diversas ações de conscientização: na Estação Central do Metrô do Recife, onde tirou dúvidas e deu orientações sobre relações de consumo; no Aeroporto dos Guararapes, para verificar se as companhias aéreas vêm cumprindo com as principais regras estabelecidas pela Resolução nº 400/2016 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Na época da Páscoa, a Rede também visitou diversos supermercados das cidades do Recife, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Petrolina para fiscalizar a venda de peixes e ovos de Páscoa.

O Caop Consumidor, com o escopo de discutir os direitos do consumidor no âmbito da saúde suplementar, realizou em abril de 2018 o seminário Direito dos Usuários de Planos de Saúde, que contou com a participação de mais de 150 pessoas. No ano anterior, em conjunto com a

Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor e a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), realizou o XVII Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor, com o tema Os reflexos da crise brasileira e das inovações do Código de Processo Civil na defesa do consumidor, que contou com palestrantes renomados que discutiram sobre assuntos relevantes da atualidade, como planos de saúde, segurança alimentar e superendividamento. Ao final do evento, foi firmado Termo de Cooperação entre a ANS e Procuradoria Geral de Justiça com o objetivo de propiciar o estreitamento das relações institucionais, com o intercâmbio de informações acerca dos problemas enfrentados na saúde suplementar.

No período das festividades juninas, o Caop Consumidor promoveu articulação com os Procons municipais e o Corpo de Bombeiros para fiscalização de lojas de fogos de artifícios. Ainda em junho de 2018, diante do desabastecimento de gás GLP ocasionado pela greve dos caminhoneiros, o Caop Consumidor realizou diversas reuniões, buscando um acordo entre Petrobras, Transpetro e empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo. Nesse período, também foram emitidas recomendações e nota técnica para garantir que os proprietários de postos de gasolina e revendedores de gás de cozinha não aumentassem os preços dos seus produtos. No ano anterior, com o intuito de ampliar a discussão sobre

a revenda, transporte e armazenamento de gás de cozinha (GLP), o Caop Consumidor realizou em conjunto com a ESMP o seminário Revenda de GLP – Desafios e enfrentamentos.

Além disso, com as orientações do Caop Consumidor, através do Programa Água de Primeira, promotores de Justiça de 129 municípios atuaram em prol da melhoria na prestação do serviço de fornecimento de água, evitando danos à saúde do consumidor decorrentes do consumo de água fora dos padrões de potabilidade, tendo sido expedidas 137 recomendações, propostas 48 ações civis públicas e firmados 13 TACs. Já com o Carne de Primeira, os membros emitiram recomendações em suas respectivas cidades para regularizar o abate, o transporte e o comércio de carnes.

Com o fim de promover o empoderamento do consumidor, o Caop criou o perfil Consumidormppe no Facebook e Instagram, por onde compartilha dicas práticas. A população também é informada das atuações de todas as Promotorias do Estado, no âmbito da defesa do consumidor, através da plataforma da internet Consumidor Vencedor, na qual o Caop Consumidor disponibiliza os Termos de Ajustamento de Conduta, Ações Civis Públicas e respectivas decisões judiciais, para que o cidadão tenha conhecimento dos seus direitos e denuncie na mesma plataforma eventuais descumprimentos.

Foto: AMCS



Caop Consumidor realizou ação de conscientização no Metrô do Recife, onde tirou dúvidas e deu orientações sobre relações de consumo

Um biênio marcado pela defesa da inclusão

Esse foi o foco do Centro Operacional de Apoio às Promotorias da Cidadania (Caop Cidadania), que manteve de forma ininterrupta, em parceria com a Escola Superior do MPPE, as atividades do Curso de Libras para o público interno. Cinco turmas já concluíram as atividades nos cursos em nível básico (1 e 2) e intermediário. A participação das pessoas surdas no mundo jurídico foi tema do evento Libras: uma linguagem de Direito, realizado em setembro de 2017. No mesmo ano, outros eventos também abriram espaço para a diversidade como o Encontro LGBT de Terreiros e Colóquio Visibilidade Lésbica.

Já em 2018, um tema que ganhou destaque foi a segurança alimentar. O coordenador do Caop, promotor de Justiça Marco Aurélio Farias, discutiu o assunto em um seminário realizado na Universidade Federal de Pernambuco. O ponto central da discussão foram as ameaças que

a compra de grandes extensões de terras por empresas do setor agropecuário trazem para o modo de vida de populações que vivem tradicionalmente da terra, como povos indígenas e quilombolas.

Além de defender mudanças na legislação para assegurar a proteção para os pequenos produtores rurais, o coordenador do Caop Cidadania ressaltou que o MPPE vai cobrar dos municípios pernambucanos a elaboração dos planos de segurança alimentar. Tais planos visam trazer uma consonância entre a produção local de alimentos de forma sustentável e o atendimento das necessidades tradicionais da população, especialmente no caso das pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Caop Cidadania também participou da recepção de 69 imigrantes venezuelanos, que ficaram alojados nas habitações providas por uma organização não-gover-



Foto: AMCS

Encontro LGBT de Terreiros debateu as políticas voltadas para essa população

namental na cidade de Igarassu; e a Central de Denúncias, que fica a cargo do Caop, recebeu um total de 460 denúncias somente no primeiro semestre de 2018.

Articulações e parcerias em prol da Saúde

No último biênio, o Centro Operacional de Apoio às Promotorias de Saúde (Caop Saúde) buscou diversas parcerias para garantir o direito à saúde dos pernambucanos. Dentro da Instituição, atuou junto ao Caop Infância e Juventude na implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei em Regime de Internação e Internação Provisória, em diversas localidades; e na articulação com diversos órgãos na criação de comitê gestor voltado à proteção integral de crianças com doenças raras, como a microcefalia.

Em conjunto com as Promotorias da Capital, obteve algumas melhorias junto ao Governo do Estado, a exemplo da seleção simplificada para contratação de profissionais de saúde para assumirem serviços com maior precariedade na rede. Já ao lado do

Caop Cidadania e das Promotorias de Direitos Humanos, da Saúde e do Idoso da Capital, vem acompanhando as ações de gestão para garantir a oferta das políticas públicas de saúde e assistência social na atenção às pessoas com transtorno mental e deficiência em situação de risco pessoal e vulnerabilidade social, no Recife.

Nesses dois anos, participou das reuniões da Frente Parlamentar das Pessoas com Deficiência e das instâncias deliberativas do Sistema Único de Saúde (SUS), o que possibilitou uma melhor ordenação da atuação do MPPE. Por orientação do Centro de Apoio, para discutir e apresentar soluções para as precariedades da Rede de Atenção Obstétrica no Estado, a Secretaria Estadual de Saúde (SES-PE) e o Colegiado de Secretários Municipais de Saúde de Pernambuco (COSEMS-PE) criaram o Grupo Condutor

da Rede Materno Infantil da I Região de Saúde, do qual o MPPE faz parte.

Visando cooperações, troca de experiências e capacitações, o Caop Saúde também firmou parceria com o Fundação Oswaldo Cruz - Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz), com a qual realizou o curso O SUS e os processos de Metagovernança do Estado brasileiro e, em 2019, irá executar, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), um mestrado profissional em saúde pública.

Por fim, nesse período, produziu e disponibilizou diversos materiais de apoio para auxiliar os promotores de Justiça, podendo citar como exemplo as demandas de saúde originadas nos plantões de sobreaviso, facilitando assim o trabalho de quem atua na área ou não.

Assegurando os direitos de crianças e adolescentes

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude) tem atuado para garantir o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, combatendo todo tipo de violência e negligência. Além disso, tem trabalhado para cobrar uma manutenção adequada dos Conselhos Tutelares e de Direitos em cada município, apostando, também, na interação e no pleno apoio aos promotores de Justiça que operam diretamente no âmbito da Infância e da Juventude.

Por meio do projeto Conselho é bom e eu gosto: priorizando o aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares em Pernambuco, o Caop buscou não apenas fiscalizar, mas também capacitar os conselheiros tutelares e a rede de atendimento, visando o bom desempenho de suas atribuições. Foi elaborada uma cartilha contendo legislação, estratégias e modelos de peças para auxiliar na atuação dos promotores de Justiça na indução da política de descentralização político-administrativa para a criação, instalação e manutenção do Conselho Tutelar.

Outros materiais produzidos pelo Caop foram a cartilha Cidadania enfrentando a violência: fortalecimento do sistema muni-

pal de atendimento socioeducativo e a cartilha E agora? Perguntas e respostas sobre as medidas socioeducativas. Desde a promulgação da Lei Estadual n.º 16.003/2017, é obrigatório ter pelo menos dois exemplares desta última em escolas públicas e privadas de Pernambuco, a fim de permitir que pais, alunos e profissionais da educação tenham acesso fácil à essas informações.

Junto ao Caop Defesa do Direito Humano à Educação (Caop Educação), o Caop Infância e Juventude também visitou diversas cidades com o projeto Caops em Ação, apresentando os projetos institucionais em curso e mapeando as principais necessidades e demandas das respectivas áreas, no intuito de viabilizar uma política pública efetiva voltada à garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Em 2018, o Centro de Apoio também trabalhou no fortalecimento da rede do Sistema Socioeducativo de Pernambuco e incentivou a apresentação de projeto de lei municipal para fomentar a criação e a regulamentação do Programa Família Acolhedora. A iniciativa visa promover a efetivação da Política de Proteção às Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade, abandono ou risco, e propiciar convivência



Lançada em 2018, cartilha traz informações para auxiliar na atuação dos promotores de Justiça

familiar e comunitária a crianças e adolescentes afastados das famílias de origem por ordem judicial. O projeto foi finalizado em novembro e a previsão é que, em janeiro de 2019, comece sua divulgação pelo Estado.



Foto: AMCS

Educação: direito de todos e dever do Estado

Ao longo de pouco mais de um ano, o Caop Educação desenvolveu diversas ações a fim de garantir o direito constitucional à educação para crianças e adolescentes das redes municipais e estadual de ensino público. Em 2018, deu continuidade a projetos criados no ano anterior para assegurar a qualidade da infraestrutura das escolas públicas e o cumprimento de medidas de enfrentamento à evasão escolar pelos gestores públicos (Priorizar a Escola); e os focados na fiscalização dos veículos e condutores que realizam transporte escolar (Transporte Escolar Também Precisa Passar na Prova).

Ainda no primeiro semestre, lançou o projeto Primeiros Passos, tendo em vista o atendimento à primeira meta do Plano Nacional de Educação vigente. Aprovado pelo Comitê de Gestão Estratégica, o programa tem como objetivo ampliar a oferta de vagas em creches e pré-escolas da rede pública do Estado, através de ações junto aos Poderes Executivo e Legislativo.

Para auxiliar os promotores de Justiça que atuam na área, foram produzidas quatro cartilhas, nas quais o Centro de Apoio disponibilizou orientações para estimular melhorias no ensino infantil (Primeiros Passos); na fiscalização e adequação do transporte escolar em todo o Estado (Transporte Escolar); na implementação de uma política pública que efetive o direito humano à edu-

cação na área de inclusão escolar (Educação Inclusiva); e no combate à evasão, infrequência e abandono escolar (Projeto Voltei).

Com o Projeto Educação Contra a Corrupção e a Sonegação, o Caop Educação, em parceria com o Sonegação Fiscal, visitou dezenas de instituições de ensino do Estado, desde a capital até o Sertão. Mais de seis mil alunos dos ensinos médio e funda-



Caop Educação lançou cartilhas para auxiliar os promotores de Justiça na promoção de melhorias no ensino infantil e no combate à evasão, infrequência e abandono escolar

mental participaram da iniciativa, que debateu valores éticos e o exercício da cidadania através de palestras, dinâmicas com arte-educadores e encenações teatrais. Algumas das Promotorias de Justiça que receberam o projeto, inclusive, deram continuidade à ação, em parceria com a Secretaria de Educação, por meio de Termo de Cooperação, replicando o tema em outras escolas da rede municipal de ensino, ao longo do ano.

Ao lado do Caop Infância e Juventude, o

Caop Educação também esteve em diversos municípios com o Projeto Caops em Ação, com o intuito de auxiliar os promotores de Justiça na racionalização de suas atribuições e capacitar conselheiros tutelares e gestores de Educação. Nas ocasiões, foram apresentados os projetos institucionais em curso pelos dois Centros de Apoio e mapeadas as principais necessidades e demandas das duas áreas, a fim de viabilizar uma política pública efetiva, garantindo os direitos das crianças e adolescentes.

Cidades que já receberam o projeto Educação Contra a Corrupção e a Sonegação

Arcoverde	Palmares
Caruaru	Petrolina
Fernando de Noronha	Recife
Garanhuns	Salgueiro
Jaboatão dos Guararapes	Serra Talhada
Limoeiro	Vitória de Santo Antão
Olinda	Total de 13 cidades

Algumas das Promotorias de Justiça que receberam o projeto deram continuidade à ação, replicando o tema em outras escolas da rede municipal de ensino

Combater a sonegação é cuidar da saúde do poder público

A efetividade dos serviços públicos pressupõe o financiamento adequado do Estado enquanto promotor dos direitos da cidadania. E o Caop Sonegação Fiscal está trabalhando lado a lado com os órgãos estaduais para assegurar que os sonegadores não causem prejuízo ao erário. Nos últimos dois anos foram recuperados cerca de R\$ 372 milhões, dos quais R\$ 265,1 no ano de 2017 e R\$ 106,9 neste ano. E o melhor, a grande maioria desses recursos foi obtida pela via extrajudicial, dando celeridade à recuperação dos créditos.

Um dos trunfos que levaram à intensificação do trabalho do Caop Sonegação foi o sistema Thêmis, que permite uma otimização do trabalho de cruzamento de dados na investigação dos crimes de natureza tributária. A iniciativa foi desenvolvida no próprio MPPE, através da colaboração entre o Caop Sonegação e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

Além disso, o tema da sonegação fiscal integra as ações do projeto Educação Contra a Corrupção e Sonegação Fiscal, que viaja todo o Estado de Pernambuco com ações desenvolvidas para alunos das mais diversas idades. A iniciativa visa conscientizar os jovens cidadãos sobre a importância dos impostos para a manutenção das políticas públicas essenciais.

Proteção ao bem público

A atuação do Caop Patrimônio Público e Terceiro Setor é essencial no combate aos crimes contra os cofres públicos. Ao longo do biênio, o Centro Operacional realizou cerca de 532 procedimentos de apoio técnico jurídico, entre minutas de ação, arquivamento, indeferimento, e recomendação.

Foram realizadas 303 orientações jurídicas e 270 pesquisas jurídicas, tendo sido feito o atendimento de 323 pedidos de análises de dados constantes nos sites oficiais. Outra medida do Caop foi a criação de um calendário temático de atuação prioritária. O Caop também registrou 19 mil empenhos cadastrados no banco de dados nos sistemas de acompanhamento de repasses ao terceiro setor.

Entre outras atividades realizadas também estão a criação de postagens nas redes sociais do MPPE, no intuito de ressaltar a atuação do Ministério Público por ocasião da passagem de datas específicas,

como Carnaval; Dia de Combate à Corrupção; Dia da Lei de Responsabilidade Fiscal; Dia da Lei de Acesso à Informação, entre outros.

Além disso, no ano de 2017 o Caop Patrimônio Público manteve, em parceria com os promotores de Justiça locais, uma fiscalização detalhada para assegurar a priorização do uso dos recursos públicos em ações de interesse público durante o momento de crise financeira, evitando dispêndio em festividades.

E nas 27 cidades de Pernambuco que decretaram estado de emergência no ano de 2017 em razão das enchentes que atingiram parte da Mata Sul e do Agreste, o MPPE se reuniu com prefeitos para alertar sobre quais medidas podem ou não ser adotadas na reconstrução após catástrofes naturais. A mensagem é clara: o uso racional dos recursos públicos é ainda mais essencial nos momentos de extrema necessidade.

532

Ao longo do biênio, o Centro Operacional realizou cerca de 532 procedimentos de apoio técnico jurídico, entre minutas de ação, arquivamento, indeferimento, e recomendação

■ Caravana da Pessoa Idosa

Em defesa dos direitos do idoso, a Caravana segue em frente

Nos últimos dois anos, a Caravana da Pessoa Idosa atuou de forma incansável em defesa dos direitos dos maiores de 60 anos. Os dois grandes eixos de atuação foram a cobrança de um funcionamento efetivo dos Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa Idosa e a cobrança da atuação dos municípios em defesa dos idosos que têm direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

No caso dos Conselhos, o desafio no ano de 2017 foi garantir que os municípios organizassem as eleições para escolher os conselheiros, conforme determina a legislação estadual. Para assegurar que os pleitos ocorressem, os membros do MPPE expediram 26 recomendações somente nos meses de setembro e outubro.

Além de defender a realização das eleições, a Caravana da Pessoa Idosa percorreu o interior do Estado ofertando capacitação aos conselheiros, bem como fis-

calizando o funcionamento dos conselhos após as posses dos eleitos, marcada para o mês de fevereiro deste ano.

Já o foco nos beneficiários do BPC foi constante; a mobilização para prorrogar o prazo final da inscrição no Cadastro Único foi obtida, com a data limite transferida de dezembro de 2017 para dezembro de 2018. Neste segundo semestre, as ações se intensificaram, com as Promotorias locais recomendando aos prefeitos que garantam o cadastramento dos cidadãos que têm direito ao benefício: só em setembro foram 12 recomendações.

Além disso, a Caravana do Idoso encampou a campanha “Eu existo, eu voto”, com o objetivo de estimular as pessoas idosas a regularizarem sua situação junto à Justiça Eleitoral para exercer seu direito ao voto, cobrando dos representantes eleitos a promoção e proteção dos seus direitos.



Foto: AMCS

V Encontro do MPPE sobre os Direitos da Pessoa Idosa debateu sobre a atuação Institucional na fiscalização das Instituições de Longa Permanência (ILPIs)

Dedicação total à segurança do cidadão

Aumentar a segurança, para que as pessoas não tenham receio em sair de casa ou de circular em espaços públicos

No biênio 2017-2018, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (Caop Criminal) representou o MPPE nos programas Pacto Pela Vida, Provita, Programa de Interiorização das Audiências de Custódia e nas Metas Enasp (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública). Participou das reuniões semanais, inclusive de sua Câmara de Articulação, garantindo um canal de comunicação com gestores da SDS, comandantes da Polícia Militar, Chefe da Polícia Civil, bem como magistrados e defensores públicos, além de outros profissionais que atuam em projetos sociais do governo, ligados à segurança pública.

Em 2017, após articulação intensa, foi concretizada a Instrução Normativa Conjunta nº 01/2017, que disciplina a alienação de veículos apreendidos e abandonados.

O Caop Criminal obteve relatórios desenvolvidos pela Secretaria de Defesa Social, com o mapa da violência em Pernambuco, especificamente com os números de CVLI (crimes violentos letais intencionais) divididos por bairros, horários e dias da semana, os quais foram encaminhados mensalmente aos coordenadores de Circunscrição e coordenadores de Centrais de Inquérito, a fim de auxiliar nas medidas preventivas para diminuir os índices de criminalidade do Estado. Em 2018, os relatórios passaram a ser enviados trimestralmente.

No programa de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas de morte, houve a redefinição do regimento interno do Conselho Deliberativo do Provita e a criação da cartilha de apoio aos profissionais do Direito para a inclusão de vítimas e testemunhas, lançada em dezembro de 2017. Foi realizado um levantamento de como funcionam atualmente as audiências de custódia em todo o Estado e apresentada nova redação para a resolução que regula-



Municípios de todo o Estado aderiram ao projeto Cidade Pacífica para contribuir com a diminuição da violência

menta a intervenção do Ministério Público nessas audiências, com a intenção de otimizar os custos da Instituição.

O Caop Criminal ainda participou de reuniões nacionais para tratar de aprimoramento do controle externo da atividade policial, em especial do Encontro Nacional de Centros de Apoio Criminais, em Florianópolis. Assim, o Caop Criminal elaborou proposta de projeto para criação de Promotoria de Justiça especializada em segurança pública no MPPE.

O projeto Pacto dos Municípios pela Segurança Pública teve a adesão de mais municípios, atualmente totalizando 73. Este ano, foi iniciado o Projeto Cidade Pacífica, aprovado como meta do planejamento estratégico de ações no MPPE dos próximos seis anos, além de ser selecionado entre os três projetos finalistas do Prêmio CNMP 2018, na categoria Segurança Pública.

O Cidade Pacífica reúne uma série de metas a serem apresentadas aos gestores municipais, oferecendo experiências bem sucedidas e que integram as prefeituras na implementação de medidas preventivas e inibidoras de crimes, contando com o monitoramento dos índices obtidos perante a Secretaria de Defesa Social/Pacto Pela Vida.

No segundo semestre de 2018, foi firmado compromisso com o município de Igarassu e existem tratativas envolvendo cerca de 15 outros municípios. O MPPE também vem divulgando o ranking de pacificação dos municípios que se engajaram no combate à violência para avaliar os resultados do Cidade Pacífica. O objetivo é informar o quanto cada município avançou em reduzir os índices de criminalidade e aumentar a segurança para os moradores. O primeiro ranking foi divulgado em agosto deste ano e o segundo, em novembro.

Mobilização com órgãos parceiros em defesa do meio ambiente

Caop Meio Ambiente focou em promover a gestão adequada do lixo, a defesa dos biomas Mata Atlântica e Caatinga e alertar contra o uso de agrotóxicos

Cerca de 200 integrantes de 21 órgãos públicos e organizações não-governamentais se uniram para realizar uma ação ambiental que mudou a rotina das cidades do Sertão do Pajeú. A Fiscalização Preventiva Integrada da Bacia do São Francisco (FPI) foi comandada pelo Caop Meio Ambiente e trouxe como resultados o resgate de mais de mil animais silvestres; a destruição de 78 fornos ilegais de carvão; a apreensão de mais de 1,5 mil toneladas de alimentos de origem animal (peixes, aves e carne) impróprios para o consumo; e, principalmente, a conscientização da população.

As ações ocorreram no início de agosto de 2018 e foram executadas por sete equipes temáticas, especializadas em fiscalização da flora, fauna, abate, agrotóxicos, saneamento e recursos hídricos, gestão ambiental e comunidades tradicionais. Ao final da fiscalização, representantes e moradores dos seis municípios da região participaram de uma grande audiência pública para conhecer os resultados da operação e

apresentar suas sugestões para melhorar a proteção do meio ambiente na região.

Outro ponto que mereceu a atenção do Caop Meio Ambiente foi a defesa do patrimônio histórico e artístico de Pernambuco. O Caop coordena, no Estado, as iniciativas da ação nacional MP em defesa do Patrimônio Histórico e dos Museus Brasileiros; além disso, uma sugestão do coordenador do Caop, promotor André Felipe Menezes, foi acolhida pela Câmara Municipal do Recife: o tombamento da Orquestra Sinfônica da capital pernambucana.

Por fim, dando continuidade às ações já realizadas em 2017 por meio do Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, o Caop Meio Ambiente segue com um cronograma de ações para alertar o público sobre o risco desses produtos, além de orientar a atuação dos promotores de Justiça para minimizar os impactos negativos da aplicação de agrotóxicos.



A proteção e promoção de um meio ambiente sustentável e equilibrado é uma das atribuições do Ministério Público.

Dez anos de atuação na promoção da sustentabilidade

Seja sugerindo pequenas mudanças diárias, como a troca de copos descartáveis por canecas; ou a adoção de novas práticas institucionais, como imprimir utilizando os dois lados de uma mesma folha, a Comissão Ministerial de Gestão Ambiental vem ajudando a difundir a ideia de preservação ambiental dentro do MPPE. Criada em 2008 para estudar, sugerir e acompanhar a implementação de medidas administrativas voltadas à adoção de hábitos ecologicamente sustentáveis, a CMGA atua subdividida em cinco subcomissões: Aquisição de Materiais, Construções Sustentáveis, Descarte de Materiais, Práticas Institucionais e Comunicação Ambiental.

Como resultado do trabalho desenvolvido, diversas ações socioambientais já fazem parte da rotina do Ministério Público. Por meio da coleta seletiva coordenada pela Comissão, resíduos de escritórios recicláveis, como papel, plástico, metais e outros resíduos limpos são coletados pela Emlurb e por associações de catadores. Já os banners de lona descartados, após parceria com o artista plástico André Soares, estão sendo usados em oficinas que o artista faz com crianças de escolas públicas no Recife. Além disso, também foram implantados pontos de coletas especiais de óleo vegetal usado; pilhas e baterias usadas; bens e equipamen-

tos inservíveis e obsoletos em alguns prédios da Instituição.

Em 2017, na ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, a Comissão criou a Estante Solidária, no edifício Paulo Cavalcanti (Suassuna), onde qualquer pessoa pode pegar ou doar livros, sem burocracias. Entre as ações promovidas pelo CMGA em 2018 estão a implantação do Projeto Chá-Verde, que propõe uma conversa descontraída da Comissão com os setores específicos sobre questões ambientais; e a realização de dois passeios ecológicos. O primeiro ocorreu em março, em comemoração ao Dia Mundial da Água, em parceria do Barco-Escola da Prefeitura do Recife; e o segundo em outubro, para celebrar o Dia da Árvore, com uma visita à Fundação Nacional do Pau-Brasil, na cidade de Glória do Goitá, com direito a trilha na propriedade.

Desde junho, a CMGA também faz parte do Encontro de Comissões Socioambientais de Pernambuco (Ecos Pernambuco), comitê de trabalho que visa a conjugação de esforços na implementação de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental. A adesão foi de grande importância para a Comissão, pois possibilitou o intercâmbio de informações, o compartilhamento de ações, a padroniza-



CMGA estimula conscientização entre membros e servidores da Instituição.

ção de procedimentos e o desenvolvimento de soluções conjuntas com os demais membros do comitê: Universidade Federal Rural de Pernambuco e os Tribunais de Justiça e de Contas do Estado, além dos Regionais Federal, Eleitoral e do Trabalho.

MPPE aposta na Inteligência

Desde o início de 2018, o Núcleo de Inteligência do MPPE (NIMPPE) passou a ser institucionalizado, com a publicação da Lei Estadual nº16.307/2018, como órgão de suporte a investigações sigilosas de interesse dos diversos órgãos da Instituição, bem como responsável pela gestão do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (Lab-LD).

O Lab-LD conta com servidores especializados em dar suporte a investigações minuciosas de crimes que envolvem a lavagem de dinheiro. O serviço funciona atra-

vés da ferramenta Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (Simba), que automatiza a análise de dados complexos.

Outra parceria, firmada pelo MPPE com o Ministério Público Militar (MPM) em fevereiro de 2018, resultou na cessão de sistemas e soluções do MPM ao MPPE. Os sistemas são o Argus, para análise automatizada de dados oriundos da quebra de sigilo bancário; PAI, um programa de gestão e tramitação de autos; e Plutão, que funciona como um banco de dados estruturados de várias fontes oficiais.

Um reforço para esse trabalho foi a aquisição da ferramenta Ufed Touch, que consegue extrair dados de dispositivos eletrônicos, mesmo aqueles criptografados.

Tecnologia e articulação para estar sempre à frente dos criminosos

Não faltaram iniciativas realizadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do MPPE (Gaeco) no biênio 2017-2018. O grupo provê apoio especializado aos membros do MPPE nas investigações que exigem quebras de sigilo bancário e telefônico e análise de dados, com a marca de R\$ 500 milhões avaliados em 250 contas bancárias e mais de 200 mil e-mails interceptados.

Um reforço para esse trabalho foi a aquisição da ferramenta Ufed Touch, que consegue extrair dados de dispositivos eletrônicos, mesmo aqueles criptografados. Através dessa ferramenta, o Gaeco pode ter acesso a conversas em aplicativos de mensagens, fotos, vídeos, áudios e diversos

outros arquivos em celulares, computadores e até mesmo aqueles que foram salvos na nuvem.

O grupo também participou de várias operações em conjunto com as Polícias Civil e Militar. Relembre as principais.

Operação Gênese: realizada em três etapas, investiga a atuação de um grupo criminoso que desviou recursos públicos dos municípios de Quipapá e Catende por meio de licitações fraudulentas. Durante as ações, houve inclusive o afastamento do cargo do prefeito de Catende e de seu filho, que atuava como secretário municipal.

Tocandira: ação investigativa integrada que permitiu a prisão de 22 participantes

de uma quadrilha envolvida com o tráfico de drogas e armas, roubo e clonagem de veículos, falsificação de documentos e corrupção de menores em Cupira e região. O grupo criminoso detido ao longo das duas fases da investigação ainda é suspeito de participação em aproximadamente 50 homicídios.

Hostes: uma milícia privada foi o alvo da operação, que cumpriu mandados de prisão, busca e apreensão e condução coercitiva em Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Caruaru e Taquaritinga do Norte. Dentre os integrantes do grupo havia, inclusive, quatro policiais militares da ativa.

Foto: AMCS



Coletiva de imprensa da Operação Gênese, em dezembro de 2017.

Autocomposição, uma maneira eficaz de resolver conflitos

A mediação de conflitos sempre foi o foco do Núcleo de Justiça Comunitária de Casa Amarela, uma experiência bem sucedida de unir a comunidade para resolver, com diálogo e compreensão, os conflitos do cotidiano. Os números comprovam isso: nos últimos dois anos, o Núcleo realizou 368 mediações e 1.509 pré-mediações. Também foram 928 acompanhamentos de casos.

Mas as boas notícias não param por aí: neste ano de 2018, o Núcleo de Justiça Comunitária ajudou a capacitar onze agentes de mediação, treinados para manter em funcionamento o Núcleo de Conciliação de Moreno, na Região Metropolitana do Recife. O espaço foi criado em parceria com a Associação Acolher e tem como missão mediar conflitos na localidade, evitando a judicialização de questões que podem ser resolvidas diretamente através da autocomposição.



Foto: AMCS

Núcleo de Justiça Comunitária ajudou a capacitar agentes de mediação

■ Núcleo de Apoio à Mulher

Todos no combate ao feminicídio

Acabar com o ciclo de violência de gênero que leva à morte das mulheres é um desafio que precisa ser assumido por toda a sociedade. Pernambuco tomou a dianteira nesse debate no ano de 2018, quando as instituições do Estado assinaram o Protocolo de Feminicídio. O documento foi elaborado por meio de muito diálogo, com contribuição efetiva do Núcleo de Apoio à Mulher Procuradora de Justiça Maria Aparecida da Silva Clemente (NAM), que participou de reuniões com a ONU Mulheres e o Pacto pela Vida a fim de chegar ao texto final.

Por meio do Protocolo, assinado no final de agosto, o MPPE se comprometeu a promover formação continuada sobre violência de gênero para seus integrantes; incluir a temática em todos os seus con-

ursos e seleções; realizar convênio com as Secretarias de Educação a fim de incluir a Lei Maria da Penha nos currículos escolares, dentre outros.

Além disso, a coordenadora do NAM, promotora de Justiça Maria de Fátima Araújo, participou de reuniões com a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) para debater um banco de dados nacional sobre feminicídios, que está sendo construído a partir dos dados informados pelos órgãos participantes.

No contato direto com a sociedade, o NAM realizou diversas ações de capacitação com mulheres nos bairros do Ibura e Jordão, bem como apresentou a temática da violência de gênero para agentes da Polícia Rodoviária Federal.

■ Núcleo da Família

Apoio às famílias é destaque na atuação do NAF

Em funcionamento desde 2010, o Núcleo de Família e Registro Civil da Capital Alcides do Nascimento Lins (NAF) atua na oferta de subsídios para as Promotorias de Justiça perante as Varas de Família. Durante o biênio, o NAF abriu 223 procedimentos administrativos atuando com a realização de visitas domiciliares e institucionais, entrevistas, análise contábil e processual para instrução dos estudos e pareceres.

O NAF também acompanha o exercício da curatela, com visitas de monitoramento às famílias. Nos últimos dois últimos anos, foram realizados 13 edições do Encontro de Orientação aos Curadores, com a participação total de 546 curadores. Nos eventos são trabalhados a prevenção dos problemas relativos ao exercício da curatela, sobretudo as prerrogativas apontadas pela Lei Brasileira de Inclusão.



Fotos: AMCS



Campanha visa levar a discussão sobre o racismo para dentro dos estádios

Povos de terreiros e movimentos sociais participaram do evento da assinatura de recomendação voltada a garantir o direito à liberdade de crença de religiões de matriz africana

GT Racismo reforça ações contra discriminação racial

Não há espaço para a intolerância em uma sociedade democrática. Em defesa da liberdade de culto, o GT Racismo liderou uma mobilização interna que culminou com a assinatura, em abril de 2018, de recomendação conjunta do procurador-geral de Justiça e do corregedor-geral do MPPE orientando a atuação dos promotores e procuradores de Justiça em defesa do Estado laico. Essa iniciativa foi resultado de um pleito apresentado pelo movimento negro e pelo povo de terreiro em audiência pública realizada no ano de 2017.

E a Instituição também dá o exemplo ao seguir a Resolução nº170/2017 do CNMP, que assegura a reserva de vagas para negros em todos os concursos e seleções do Ministério Público brasileiro. O GT Racismo atuou em conjunto com a Comissão de Concurso para garantir que o edital do concurso para servidores 2018 do MPPE fosse o primeiro a reservar 20% das vagas para pessoas negras.

O contato direto com a sociedade se mantém na participação em eventos, atendimento ao público, em especial às comunidades tradicionais. Um exemplo é o procedimento da Promotoria de Ipojuca, que atua para mediar conflitos entre representantes do Porto de Suape e a comunidade Ilha de Mercês, cujas famílias vivem da terra há várias gerações. O MPPE acompanha o

caso desde 2016, agindo para resguardar os direitos desses cidadãos.

O ano de 2017 marcou os 15 anos do GT Racismo do MPPE, homenageado durante a Semana do MPPE. Além da homenagem ao GT, foi inaugurada a exposição Juventude Negra e sua Realidade, que contou com imagens captadas pelos alunos do curso de Fotografia da Faculdade Aeso/Barros Melo.

Por fim, o GT Racismo buscou levar a temática do combate à discriminação racial aos estádios de futebol com a campanha Diga Não ao Racismo. A iniciativa foi realizada em parceria com a Federação Pernambucana de Futebol e os três clubes da capital, com o objetivo de levar a mensagem ao público durante partidas do Campeonato Pernambucano.



Arte: AMCS

Exposição fotográfica foi realizada em comemoração aos 15 anos do GT Racismo



MPPE

Mais Forte

A forte articulação nacional permitiu que o MPPE modificasse sua imagem em diversas esferas nacionais, fortalecendo a Instituição, a carreira e as prerrogativas da organização.

PGJ-PE defende consolidação da democracia no Ministério Público brasileiro

Em visita à Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), o procurador-geral de Justiça (PGJ) do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Francisco Dirceu Barros, defendeu a realização de uma ação nacional para que seja possível recuperar o *Jus Honorum*, ou melhor, a capacidade eleitoral passiva dos membros de todos os Ministérios Públicos. A tese defende que procuradores e promotores de Justiça tenham restabelecido o direito de serem votados para cargos eletivos.



“A história do Direito Eleitoral revela um dado assustador: entidades ou segmentos sociais que não podiam participar do parlamento brasileiro (Câmara dos Deputados e Senado) foram, progressivamente, sendo desvalorizadas. A cidadania plena pressupõe o direito de votar e ser votado. Um membro do Ministério Público, sendo defensor da cidadania, não pode ser cidadão semipleno. Nesse sentido, é impreterivelmente salutar recuperarmos a nossa capacidade eleitoral passiva (direito de ser votado). Voltar ao parlamento, fomentar a construção de leis melhores e mais justas”, afirmou Dirceu Barros.

Ele defende a representação parlamentar, como uma das mais importantes para que seja fomentada uma verdadeira representatividade do MPPE dentro do Congresso Nacional. “A experiência ao longo dos anos tem demonstrado que a falta de representação dessas instituições no parlamento tem contribuído para fragilizá-las ante a atuação de alguns que, decididamente não querem ver triunfar o bem e a justiça”, disse.

A vedação fere o exercício de direito político fundamental, consistente no direito de ser votado, violando-se, por exemplo, o disposto nos artigos 1º, § único, e 15 da

Constituição Federal. “Não é justo nem racional que um membro do Ministério Público venha a contribuir com a elaboração de Leis e com a profícua atividade desenvolvida dentro do Poder Legislativo, por exemplo. Impedir a participação é somar para que os membros do MP fiquem privados de contribuir para o processo democrático brasileiro, inclusive agindo no âmbito do Executivo e do Legislativo”, reforçou Barros.

Francisco Dirceu Barros entregou, na sede da Conamp, proposta para restaurar a capacidade eleitoral passiva dos membros



Foto: Acervo Pessoal

Mais movimentações na carreira de promotores ocorrem com novos editais de remoção e promoção

Durante o biênio, mais de 200 editais de movimentação na carreira foram lançados, dando maior mobilidade aos membros da instituição. Com essa movimentação, a Procuradoria Geral de Justiça de Pernambuco abriu caminho para a convocação de novos promotores de Justiça. Ao longo do período, 61 novos membros integrados ao quadro do MPPE.

Os últimos editais contemplaram os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Sertânia, Salgueiro, Bonito, Serra Talhada, Arcoverde, Camaragibe, Paulista, Olinda, Petrolina, Palmares, Escada, Ouricuri e Ipojuca. O que demonstra a movimentação de carreiras em todas as regiões pernambucanas. Ao todo, foram 141 remoções e 67 promoções realizadas ao longo do período.

“Nossos esforços para reduzir o déficit de promotores são constantes. Quando assumi em janeiro de 2017, eram 146 Promotorias sem titular. Com o empenho de toda a Instituição e com o apoio dos outros poderes, avançamos nessa questão

para dar à população um Ministério Público ainda mais presente e cumpridor de sua missão constitucional, na defesa da sociedade”, comentou o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

Houve uma priorização do provimento dos cargos com atuação criminal e defesa da cidadania, visando atender a prevenção e o combate à violência. “Na última movimentação, por exemplo, a proposta de remoção na primeira entrância que apresentamos ao Conselho Superior permitiu a nomeação de novos membros, seguindo o histórico de entrada pelas Promotorias mais longínquas”, disse Dirceu Barros.

Fotos: AMCS



Resumo dos editais lançados nos anos de 2017 e 2018 (até out/2018):

Tipo	2017	2018
Remoção de 1ª entrância	70	9
Promoção para 2ª entrância	35	11
Remoção de 2ª entrância	35	15
Promoção para 3ª entrância	17	0
Remoção de 3ª entrância	8	0
Promoção para 2ª instância	1	3
Remoção de 2ª instância	1	3

Fonte: Conselho Superior do MPPE.



Novos promotores de Justiça foram convocados para atuar no Sertão e Agreste do Estado aumentando a presença do MPPE no dia a dia do cidadão pernambucano



As posses dos novos promotores de Justiça ocorreram em cerimônias realizadas no Centro Cultural Rossini Alves Couto e no Centro de Convenções de Pernambuco (Cecon-PE)

MPPE convoca 61 novos promotores de Justiça

Aprovados no mais recente concurso para o cargo de promotor de Justiça, realizado em 2015, os 61 novos promotores de Justiça que chegaram ao MPPE estão aprimorando, ainda mais, a participação do MPPE nas causas extrajudiciais e no constante combate à criminalidade. Segundo o procurador-geral de Justiça Francisco Dirceu Barros, a atuação do MPPE é condição *sine qua non* no combate à criminalidade. “Não se combate o crime e se reduz índices de violência apenas com Polícia e com o Judiciário”, ressaltou ele.

“Mesmo com a restrição orçamentária, realizamos contingenciamento e cortamos na carne para que fosse possível convocar esses promotores ao longo dos últimos dois anos. Eles vão apoiar o povo pernambucano no combate à criminalidade, à improbidade e à impunidade. Diversos promotores de outros Estados optaram, por exemplo, por realizar um novo concurso e vir para MPPE, demonstrando o grau de credibilidade que temos em todo o País”, asseverou Dirceu Barros.

Para os novos promotores, a expectativa é desenvolver ações que venham a melhorar a qualidade de vida das pessoas. “Começar a trabalhar como promotora na cidade de Orocó é a realização de um sonho. Quero atuar para promover a Justiça, combater a corrupção e a criminalidade. Sou baiana e estou vindo para Pernambuco para promover a cidadania e ajudar a população mais carente”, disse Clarissa Dantas Bastos, que chegou ao MPPE em setembro de 2018.



Foto: AMCS

O procurador-geral de Justiça realizou diversas reuniões com o presidente do TJPE para manter o diálogo constante e destacar a importância da presença de promotores em audiências

Presença de promotores em audiências é imprescindível

A Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) atua de maneira institucional para garantir que não sejam mais realizadas audiências criminais sem a presença de representantes da Instituição no Estado. “A realização de audiências sem promotor é um atentado ao Estado democrático de direito. Fere, principalmente, o princípio acusatório e o amplo direito de defesa”, afirmou Francisco Dirceu Barros.

Assim, o PGJ solicitou ao Ministério Público Federal (MPF), especificamente à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que interponha uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para impedir que a Recomendação n.º 01/2014, do Tribunal de Justiça de

Pernambuco (TJPE), continue sendo aplicada pelo Judiciário pernambucano. “Defendemos uma relação harmoniosa entre as instituições, mas há uma via de mão dupla. Não podemos deixar que outros poderes interfiram em nossas prerrogativas”, afirmou Dirceu Barros.

A partir de uma atuação proativa, o MPPE, por meio da Corregedoria-Geral, expediu orientação para a atuação dos membros nas hipóteses das audiências serem realizadas sem promotores. “Estamos buscando mostrar que não somos uma peça prescindível no processo penal, pois isso é uma afronta à atuação do Ministério Público. Nesses casos, o juiz julga e condena com base nas provas que ele mesmo produziu”, ressaltou Dirceu.

“A realização de audiências sem promotor é um atentado ao Estado democrático de direito. Fere, principalmente, o princípio acusatório e o amplo direito de defesa”, disse o procurador-geral



Painéis permitem a integração das informações estratégicas

Gabinete Inteligente traz mais agilidade às decisões de gestão do MPPE

Uma nova ferramenta de gestão estratégica já está disponível à Procuradoria Geral de Justiça e à Secretaria Geral do Ministério Público de Pernambuco (SGMP). O Gabinete Inteligente é um painel eletrônico de monitoramento que ajuda na tomada de decisões, tornando-as mais rápidas e precisas, baseadas em informações armazenadas em diversos setores do MPPE.

Com o Gabinete Inteligente, os gestores têm à mão dados sobre mapa de acumulação, designações, afastamentos, centro de custos e férias de membros e servidores. A ferramenta, que utiliza a tecnologia de *Business Intelligence* (BI), filtra dados e gera relatórios específicos sobre departamentos e Promotorias de Justiça do MPPE, apresentando radiografias de como se encontra a

situação de pessoal em cada setor. “A partir de agora, teremos como interagir com os colegas promotores de todos os municípios. E o melhor: em tempo real. É uma inovação importante e que vai dinamizar as relações dentro do Ministério Público”, afirmou o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

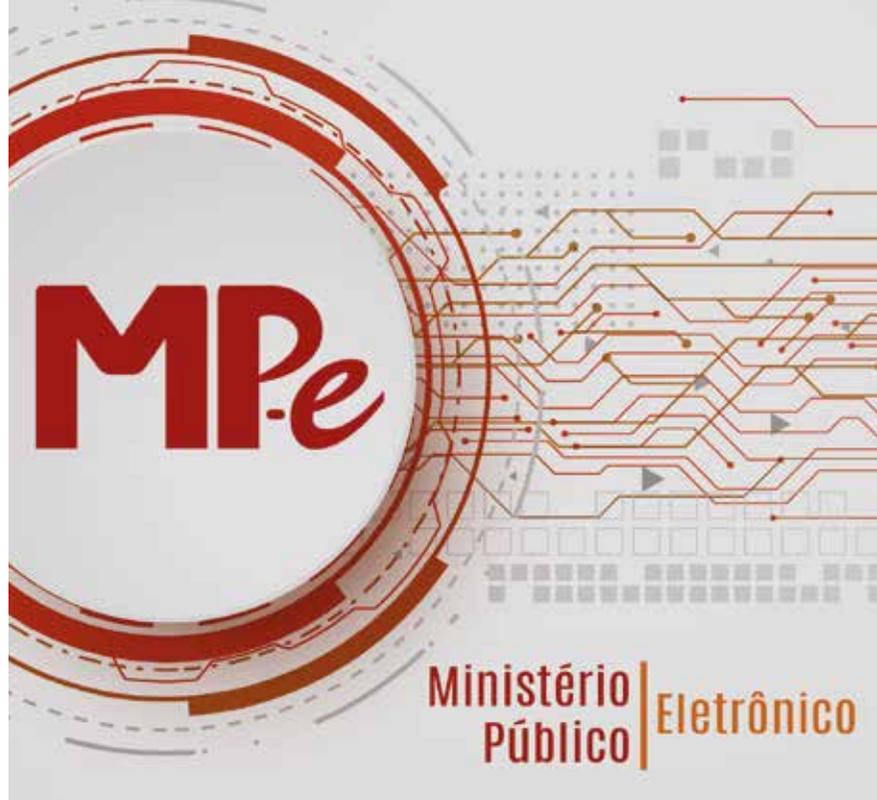
Tecnologias BI fornecem histórico de um determinado setor, minerando dados e gerando relatórios e uma visão completa do objeto de estudo com fácil interpretação, apesar do volume de informações. “Com acesso rápido a esses painéis do BI, o gestor tem condições de avaliar com maior exatidão e decidir com mais agilidade em tempo real. É uma ferramenta essencial para auxílio na tomada de decisões estratégicas”, comentou o coordenador ministerial

de Tecnologia da Informação, Evisson Lucena.

“O BI, com seus painéis, nos dá em tempo real elementos necessários à tomada de decisão. O MPPE começa a adotar essa ferramenta para orientação e encaminhamentos diários de sua gestão. É indiscutivelmente um grande avanço”, assegurou o secretário-geral do MPPE, Alexandre Bezerra. “Trata-se de uma ferramenta de gestão da maior importância para o gerenciamento das informações, integrando com todos os bancos de dados existentes no Ministério Público, o que permite uma ação mais rápida e precisa no que se refere aos membros da instituição”, complementou o chefe de gabinete, Paulo Augusto Oliveira.

MPPE lançará novo sistema digital para tramitação e troca eletrônica de processos

Arte: AMCS



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) trabalha de forma intensiva para lançar uma nova plataforma para a gestão digital de processos judiciais. A conclusão da nova ferramenta de tecnologia está prevista para o início de 2019. O Sistema, intitulado Ministério Público Eletrônico (MP-e), vai substituir o uso do Processo Judicial Eletrônico (PJe), atualmente utilizado por membros e servidores do MP. O MP-e está em fase de projeto-piloto para uma completa homologação dos membros e será implantado progressivamente, a partir de 2019, em todo o MPPE.

Intuitivo e totalmente eletrônico, o MP-e procura cumprir a Resolução Conjunta do CNMP/CNJ n.º 03/2013, que institui o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário e do Ministério Público. “Com essa plataforma, poderemos acompanhar em tempo real a tramitação de processos, estabelecendo um novo paradigma na gestão documental do MPPE. Além de melhorar a gestão, o sistema irá contribuir com o ganho operacional e de tempo no desenvolvimento das atividades dos membros e servidores. Além dos

diversos benefícios advindos da substituição da tramitação de autos em meio impresso pelo meio eletrônico, o sistema irá ser um instrumento de celeridade, de qualidade da prestação jurisdicional e de acesso à justiça”, disse o procurador-geral de Justiça do MPPE, Francisco Dirceu Barros.

Hoje, a atual multiplicidade de sistemas de tramitação processual, seja em meio físico ou eletrônico, implica em gastos e investimentos constantes para todos os envolvidos. “Com a implantação dele, vamos ter o domínio do sistema e, provavelmente, a maioria absoluta dos problemas enfrentados hoje com o PJe vão desaparecer completamente. Essa evolução também faz parte da reafirmação de nossa autonomia”, disse o secretário-geral do MPPE, Alexandre Bezerra.

“Com o MP-e vamos dotar o promotor de uma ferramenta tecnológica própria. A partir dela, o membro do MPPE terá uma interface na sua atribuição finalística judicial, deixando de ser um mero usuário do PJe do Poder Judiciário. Lembro, ainda, que as ferramentas que estão sendo

**Novo sistema
será implantado
progressivamente
no início de 2019**

desenvolvidas com utilização de Inteligência Artificial serão integradas ao MP-e, dada sua arquitetura modular”, disse o promotor de Justiça e presidente do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do MPPE (Ceti), Antônio Rolemberg.

Segundo ele, o membro poderá receber a intimação de forma eletrônica, fazer o *download* do processo, assiná-lo digitalmente, elaborar petições, enviar suas manifestações ao Poder Judiciário pelo próprio MP-e, remeter o processo de forma completamente digital ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e também validar as informações e pareceres elaborados por seus assessores.



O Gabinete aproxima a gestão dos membros nas comarcas mais distantes, promovendo debates e integrando a gestão

Gabinete Itinerante percorre todas as regiões do Estado

Do Litoral ao Sertão, o projeto Gabinete Itinerante percorreu todo o Estado de Pernambuco, promovendo 21 encontros com os membros nas circunscrições e sedes de promotorias. A ação tem o objetivo de compartilhar informações de interesse geral, obter sugestões e atender o mais rápido possível as demandas voltadas à melhoria da atuação ministerial nas regiões visitadas, estreitando as relações institucionais entre a Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) e aqueles que estão mais próximos da população: os promotores de Justiça.

“Nosso desafio é aumentar a excelência em todas as áreas do MPPE e estamos fazendo isso com diversas ações que procuram recuperar e fortalecer o protagonismo do MPPE, em todo o País. Acreditamos que o contato que é gerado com o Gabinete Itinerante é extremamente valioso para que seja possível dar andamento aos projetos mais relevantes da instituição” enfatiza o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

Nos encontros, um ponto que gerou boa expectativa dos membros foi a possibilidade de atuação regionalizada e despersonalizada através da instalação do Grupo de Atuação Criminal ou Cível Extraordinário (GACE) nas circunscrições, permitindo uma padronização nas ações extrajudiciais e/ou judiciais nas áreas de patrimônio público, criminal, meio ambiente, saúde, por exemplo. De acordo com o PGJ, “essa atuação excepcional e temporária do GACE será realizada de acordo com a necessidade dos membros e poderá ser coordenada e auxiliada pelos Caops. Isso trará mais agilidade às ações do MP nas regiões e o mais interessante, de forma padronizada e despersonalizada, dando maior efetividade e abrangência a nossa atuação”, explicou ele.

Na avaliação dos coordenadores de Circunscrição, os encontros permitiram que fosse possível conhecer os projetos em desenvolvimento. “Foi uma oportunidade muito boa. Aqui em Serra Talhada estamos a uma distância geográfica muito grande do

Recife e esta é uma oportunidade que nós temos de ter contato com os projetos que estão sendo realizados pela gestão, criando um senso de unidade e transparência em tudo que está sendo conduzido. O encontro possibilita também mostrarmos o que pode ser melhorado aqui em nossa circunscrição e a gestão fica mais próxima do interior”, disse o promotor de Justiça e coordenador da Circunscrição de Serra Talhada, Rodrigo Amorim.

“O procurador-geral trouxe para os membros da instituição, de forma direta, as informações do que está ocorrendo no MP no âmbito nacional e ele também pode ouvir as demandas das nossas promotorias. Tivemos excelentes notícias das ações que estão sendo desenvolvidas e esperamos ter nossos pleitos atendidos o mais breve possível”, disse o promotor de Justiça Eduardo Lessa, coordenador das Promotorias Cíveis da Capital.



Foto: AMCS

MPPE apresenta resposta à sociedade na tribuna do Júri

A sessão do Tribunal do Júri é um dos ambientes mais identificados com o papel do promotor de Justiça. Os membros do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) seguem agindo em defesa do direito à vida perante a representação da vontade popular, que é o corpo de jurados. Nos últimos dois anos, o MPPE se mantém como parte importante dos mutirões promovidos no Mês Nacional do Júri.

Em 2017, foram programadas 811 sessões do Tribunal do Júri apenas no mês de novembro; neste ano, o total de júris subiu para 1.079, programados ao longo dos meses de outubro, novembro e dezembro. O Mês Nacional do Júri é uma iniciativa dos órgãos integrantes da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), que inclui o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP),

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministérios Público e Tribunais de Justiça e o Ministério da Justiça.

O destaque vai para as Varas do Júri da Capital, que acumula os maiores números de julgamentos.

Julgamentos nas Varas do Júri da Capital em 2017 e 2018:

Vara do Júri	2017	2018
1ª Vara	179 júris	130 (até outubro)
2ª Vara	154 júris	145 (até outubro)
3ª Vara	129 júris	115 júris
4ª Vara	225 júris	294 júris

■ Manifestações

Ouvidoria registra manifestações de todos os usuários

A Ouvidoria do Ministério Público de Pernambuco registrou ao longo dos dois últimos anos cerca de 21 mil manifestações em seu sistema, todas elas originadas de diversos formatos, como por exemplo: 259 por carta; 932 por e-mail; 19.673 por internet; 20 por ofício; 96 presenciais e duas por telefone.

A unidade administrativa primou, neste biênio, pela atenção para com aqueles que buscam tirar dúvidas, solicitar informações, fazer denúncias ou mesmo registrar elogios. Em todos os casos os procedimentos de apuração são instalados,

os interessados são comunicados sobre qual a solução foi dada à sua solicitação. Mesmo quando o caso não é relativo ao MPPE, a Ouvidoria encaminha o caso ao órgão ou à instituição necessária.

A Ouvidoria, contudo, se prepara para um novo momento de sua existência com o desenvolvimento e a entrega do novo sistema de inteligência artificial, que será chamado: Manifeste-se Aqui!. Com a plataforma digital, toda a tramitação, apuração e comunicação realizada pela Ouvidoria será feita via sistema.

Tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria*:

Tipo de Manifestação	Total
Carta	259
E-mail	932
Internet	19.673
Ofício	20
Presencial	96
Telefone	2
Total	20.982

* (Intervalo de 01/01/2017 até 30/09/2018).

Ouvidoria do MPPE

Entre em contato conosco

 facebook.com/ouvidoriamppe

 instagram: @ouvidoriamppe



Entrega das propostas de melhoria na segurança foi realizada em Brasília, no I Seminário Nacional Enasp/CNMP - Desafios atuais da segurança pública

MPPE apresenta propostas de melhoria da segurança pública no Brasil

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Francisco Dirceu Barros, ao participar do I Seminário Nacional Enasp/CNMP - Desafios atuais da segurança pública, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília, apresentou 40 propostas, originadas no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), para modernizar a legislação criminal e fortalecer o combate a ascendente violência em todo Brasil.

“A prevenção, primeiramente, decorre da confiança que surge na sociedade a partir da constatação de que o direito penal, efetivamente, se aplica. No Brasil, não temos prevenção geral, a pena não gera efeito inibidor da criminalidade e a sociedade já está percebendo algo óbvio; ainda que condenado, o autor do delito não cumpre uma pena proporcional à gravidade do delito. Nós não temos no Brasil um potencial legislativo eficaz para combater a criminalidade, precisamos de

mudanças urgentes, pois um dos fatores que inibe o crime é o tamanho da pena conjugado com a certeza da punição”, disse ele.

As propostas foram, ainda, entregues à comissão presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre Moraes. O procurador defendeu o acordo de não persecução penal para delitos de médio potencial ofensivo como uma forma de dar efetividade, eficiência e celeridade aos processos criminais.

Defendeu, ainda, penas mais severas para os crimes graves e o aumento da punição aos crimes hediondos. “A lei dos crimes hediondos precisa ser melhorada, transformando-se em um instrumento de proteção suficiente dos bens jurídicos mais importantes da nossa sociedade. Por isso, um tratamento austero, inflexível, implacável e intolerante aos crimes hediondos e equiparados precisa, urgentemente, ser colocado em discussão”, completou Barros.

Central de Inquéritos

A atuação repressiva aos crimes contra a vida passa pela atuação dos promotores Criminais, especialmente pelas Centrais de Inquéritos. Na capital, a movimentação de procedimentos é intensa, mas os números provam que atuação do MPPE está evoluindo.

81,6%

Em 2017, a Central de Inquéritos da Capital recebeu 16.219 procedimentos e movimentou 81,6% desse total.

83,5%

No ano de 2018 (até outubro) foram recebidos 14.415 procedimentos, com 83,5% do total com movimentação.

Para alcançar seus objetivos, o MPPE não pode deixar de investir em estrutura: é o foco em aprimorar os recursos humanos, processos de gestão, equipamentos e soluções que está levando a Instituição a outro nível de excelência

Secretaria Geral



MPPE do futuro já é presente

Soluções em tecnologia facilitam e ampliam a produtividade

Ao longo do biênio 2017-2018, a Coordenadoria Ministerial de Tecnologia da Informação amadurece seu modelo de Governança e Gestão, com ações direcionadas pelo Plano Estratégico de TI (PETI), assegurando o cumprimento da missão de “Prover soluções em Tecnologia da Informação com o intuito de agilizar, modernizar e racionalizar os processos organizacionais, possibilitando o cumprimento da missão institucional”.

A CMTI é responsável pelo provimento de soluções e serviços de TI, incluindo a operação, manutenção e suporte da infraestrutura de datacenter, da rede de comunicação e dos postos de trabalho informatizados. Os principais projetos entregues pela CMTI em 2017 e em 2018 estão apresentados a seguir:

Um dos elementos fundamentais do Programa de Modernização foi a implantação do Gerenciamento do Portfólio de Projetos de TI, tornando possível o alcance dos objetivos estratégicos definidos no PETI.

A Central de Serviços atende mensalmente cerca de 1.000 chamados e é o ponto único de contato dentro da CMTI para os usuários destes serviços. Ao longo dos últimos meses, diversas conquistas foram obtidas, tais como a extensão do horário de atendimento (das 8h às 18h), maior prontidão e agilidade na resolução de problemas, padronização dos procedimentos, estabelecimento da cultura de Gestão de Serviços e a melhoria de indicadores relacionados aos serviços de TI.

Também como iniciativa de melhoria da qualidade e da eficiência na prestação dos serviços de TI, a CMTI implantou a solução CitSMART, com o objetivo de modernizar e facilitar a abertura e o acompanhamento dos chamados dos usuários.

A iniciativa de Business Intelligence (BI) do MPPE é outro importante serviço de TI do MPPE, que disponibilizou em seu primeiro ciclo três painéis de informação para apoiar os gestores no processo de tomada de decisão: Gestão Estratégica, Financeiro e Área Fim.

“Prover soluções em Tecnologia da Informação com o intuito de agilizar, modernizar e racionalizar os processos organizacionais, possibilitando o cumprimento da missão institucional do MPPE”



Foto: AMCS

A CMTI promoveu vários encontros para estimular a inovação no MPPE

Já o painel de Informações destinado ao Gabinete Inteligente foi elaborado para auxiliar todo o processo de Gestão do Gabinete, incluindo o acompanhamento das designações, acervos das Promotorias, produtividade, acumulações e informações relevantes aos membros da Instituição.

Outro painel de destaque é o de informação voltado à gestão dos centros de custos (custeio) associados às unidades do MPPE. Os principais usuários são Secretaria Geral do Ministério Público (SGMP), Assessoria Minsisterial de Planejamento e Estratégia Organizacional (Ampeo), Coordenadoria Ministerial de Finanças e Contabilidade (CMFC) e a Controladoria Ministerial Interna (CMI). Cita-se ainda o painel de Gestão de Patrimônio, que disponibiliza informações consolidadas sobre a gestão de ativos do MPPE (bens permanentes), o de Informação Themis voltado ao acompanhamento da Comunicação Fiscal realizado pelo Caop de Combate à Sonegação Fiscal, de Consumo de Materiais (Almoxarifado), de Gestão do Desempenho de Procuradorias.

A CMTI ainda implantou o fluxo específico no sistema de Requerimentos Eletrônicos, permitindo agilizar a solicitação de diárias e férias, reduzindo o tempo de

tramitação das solicitações. E o Portal da Transparência 2.0, adequando o portal à quarta edição do manual da transparência do CNMP, atendendo às resoluções sobre transparência pública.

O PE-Integrado foi a solução totalmente eletrônica adotada para automação dos processos da área meio em compras, licitações, contratos, patrimônio e almoxarifado.

Já o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) configurou-se como a instalação, parametrização e implantação do processo eletrônico administrativo no âmbito da Área Meio do MPPE. Dentre os benefícios estão a redução do tempo médio de tramitação de documentos administrativos e diminuição de custos com pessoal, impressão de documentos e serviços de postagem, além da eliminação do sistema SIIG.

O Diário Oficial Eletrônico (DOE) veio para elaborar e publicar o DOE Institucional, tornando o MPPE órgão de imprensa oficial e reduzindo custos financeiros contratuais com a editora CEPE da ordem de R\$ 300 mil por ano.

A CMTI ainda implantou soluções UTM em todas as Promotorias do MPPE, provendo maior segurança da informação às redes

existentes em cada promotoria e facilitando a prevenção, detecção e ação contra ameaças das mais variadas fontes, diminuindo brechas ou falhas de segurança.

E a melhoria do wi-fi Corporativo, com reestruturação da rede em todos os prédios da capital, obtendo maior controle e gerenciabilidade dos ativos, com o procedimento de login de usuário na rede sem fio, permitindo um melhor monitoramento e controle do tráfego de dados nesta rede.

A renovação do Parque de Estações de Trabalho com aquisição e reposição progressiva de computadores, assegurando infraestrutura rápida e adequada aos usuários. No total, foram adquiridos 500 novos computadores para utilização pelo MPPE. E mais 500 novos notebooks serão entregues aos membros assim que for concluído o processo de aquisição.

Merece destaque a implantação de uma nova ferramenta de colaboração, GSuite, atualizando a plataforma de email para o Google, implantando o sistema de arquivos (Drive) ilimitado, agenda, vídeo conferência, google talk, google sites, contatos, entre outros recursos de colaboração.



Rumos para os próximos anos estão bem traçados

Mapa Estratégico do ciclo 2018-2023 pautará o MPPE em seus serviços para a sociedade pernambucana

A Gestão Estratégica é a organização das ações a serem desenvolvidas para alcançar objetivos preestabelecidos. O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) tem como responsável pelas mudanças organizacionais, projetos e captação de recursos extraorçamentários, estudos estatísticos e planejamentos estratégico e orçamentário, a Assessoria de Planejamento e Estratégia Organizacional (Ampeo). No biênio de 2017-2018, ela se dedicou com afinco ao Projeto Executivo do Novo Ciclo da Gestão Estratégica 2018-2023 do Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

O trabalho resultou na formulação e priorização de programas de ações com metas definidas, buscando a eficiência, eficácia e efetividade na atuação do MPPE. Pela primeira vez, desde que a Instituição começou formalmente a realizar planejamento estratégico, o panorama do novo ciclo foi construído totalmente pela equipe

interna. Não foi contratada consultoria externa especializada.

A expertise foi adquirida com os ciclos anteriores e pelo grau de maturidade e conhecimento profissional de uma equipe multidisciplinar de membros e servidores. A economicidade com esta ação gerou uma redução de despesas estimada em R\$ 700 mil.

Depois de meses dedicados ao trabalho de colher dados, computá-los e organizá-los, a Ampeo chegou ao Mapa Estratégico para a gestão 2018-2023, a representação gráfica dos principais elementos norteadores para o planejamento de ações que a Instituição vai seguir nos próximos anos.

Para estabelecer as ações, desde março de 2018 membros e servidores participaram de Oficinas Regionais da Gestão Estratégica. Os encontros proporcionaram o debate e sugestões para elencar os princi-

pais problemas sociais e objetivos para os quais a Instituição deve se voltar no ciclo 2018-2023. O planejamento foi fundamental para definir aonde o MPPE quer chegar.

O mapa apresenta um panorama das ações a serem tomadas para atender melhor e com mais eficiência aos anseios da população pernambucana. Foi aprofundada a escuta à sociedade em diversas áreas, como saúde, segurança, educação, através de oficinas e debates com os movimentos sociais, instituições parceiras, como o Tribunal de Justiça de Pernambuco, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil e Secretarias Estaduais. Assim, o MPPE obteve subsídios para traçar as demandas prioritárias da população pernambucana com membros e servidores.

As oficinas com membros e servidores do MPPE ocorreram em Salgueiro, Carua-



Foto: AMCS

ru, Vitória de Santo Antão, Recife e Região Metropolitana, a fim de escutar todos os integrantes da Instituição.

Os objetivos estratégicos elencados como prioritários foram computados pela equipe técnica da Gestão Estratégica para compor as prioridades institucionais e criar o Mapa Estratégico. Com as informações, cada integrante do MPPE pode visualizar como seu trabalho é importante para alcançar a missão de servir à população, promover o exercício da cidadania e contribuir para a justiça e o bem-estar social.

Outras atribuições - Ainda foi da responsabilidade da Ampeo gerir o orçamento do MPPE. Na Lei Orçamentária do exercício de 2017, foi aprovado o montante orçamentário e financeiro de R\$ 422.444.900,00. No final do exercício, o MPPE encerrou com aporte orçamentário e financeiro de R\$ 451.487.469,00, sendo R\$ 12 milhões de acréscimo decorrente de negociação com o Poder Executivo o que possibilitou a nomeação de promotores de Justiça. A execução orçamentária alcançou o índice de 95,62%.

Para o período de 2018, até o mês de outubro, o aporte foi de R\$ 491.232.724,00, sendo R\$ 21.802.000,00 o incremento decorrente de negociação permanente com o Poder Executivo. O montante destina-se para atender folha de pessoal, custeio e investimentos como nomeação de promotores de Justiça, aquisição de ferramenta para automação da atuação extrajudicial, implantação de ferramentas gerenciais Business Intelligence (BI) e Sistema Channel, capacitação e valorização de pessoas, Plano de Comunicação Institucional, Projeto de implantação do MPLABS (Laboratório

de Inovação do MPPE), Plano de Segurança Institucional, construção e ampliação da sede de Promotoria de Justiça de Caruaru, da sede da PJ de Nazaré e da sede PJ de Escada, reforma do Centro Cultural Rossini Alves Couto e aparelhamento dos órgãos de execução. Está previsto índice de execução igual ao atingido em 2017.

A Ampeo ainda participa do Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento Institucional do MPPE, colaborando na busca de alternativas para incremento de receita sendo responsável por sua gestão orçamentária.

projetos; estruturação de Mostra Nacional de Projetos em 2017, na sede do CNMP, que contemplou as dimensões metodológicas, de resultados e de captação de recursos; formatação de proposta de enunciado para edição pelo CNMP, por meio do Fórum Nacional de Gestão, para que as unidades do MP adotem critérios mínimos de gerenciamento de projetos e as diretrizes de um plano de formação continuada, bem como elaborem as normatizações pertinentes.

Foram também elaborados os Índices de Atenção de Promotorias de Justiça para 2018, com base nos dados estatísticos de

Os objetivos estratégicos elencados como prioritários foram computados pela equipe técnica da Gestão Estratégica para compor as prioridades institucionais e criar o Mapa Estratégico

Outras iniciativas da Ampeo incluem a I Mostra de Processos do MP, evento nacional que reuniu 32 cases de processos de 18 unidades do Ministério Público, nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2018, no Recife. Com a Ampeo, o MPPE participou ainda da Ação Nacional Estruturante Execução da Estratégia: Fomento à Cultura de Projetos, promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), tendo assumido a coordenação conjuntamente com o Ministério Público do Pará (MPPA), até agosto de 2017, das seguintes atividades e entregas nacionais: elaboração de manual contendo critérios mínimos para gerenciamento de

2017. O índice identifica as necessidades de criação, modificação e extinção de cargo de promotor de Justiça tomando como base indicadores sociais e demandas apresentadas à Promotoria de Justiça do município respectivo. Essa metodologia possibilitará a análise comparativa entre as Promotorias de Justiça de forma mais objetiva de modo a indicar as que necessitam de mais atenção.

Ainda coube a integrantes da Ampeo se unirem à equipe do Laboratório de Inovação Tecnológica e de Negócios do Ministério Público de Pernambuco (MPLabs).

Fortalecimento e reestruturação trazem melhor desempenho

Cresceu a atuação especializada e científica com predominância de abordagem preventiva, propositiva e orientadora



Foto: Freepik

A reestruturação da Controladoria Ministerial Interna (CMI) contribuiu para a modernização das práticas e dos produtos desenvolvidos pelo setor e deu espaço à utilização de ferramentas de gestão da qualidade para estruturação e formalização do seu planejamento interno, levando em consideração critérios de relevância, materialidade e risco. Houve um fortalecimento da atuação especializada e científica com predominância de abordagem preventiva, propositiva e orientadora. Assim, foi possível estabelecer uma estrutura de priorização que permitiu concentrar esforços nos temas mais relevantes.

A segregação das funções entre execução e controle foi fortalecida. Permitiu-se, assim, o melhor posicionamento da atuação da Controladoria dentro da estrutura do Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Outro importante ganho foi o Plano Anual de Atividades (PAA), um produto do planejamento da Controladoria Ministerial Interna. Seu objetivo é orientar a atuação da unidade administrativa em termos gerais durante todo o exercício de 2018. O PAA formalizou, especialmente, a programação de trabalhos de gestão administrativa da

CMI e trabalhos de controladoria, transparência e auditoria interna.

Já o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) tem o objetivo de orientar a atuação da unidade de auditoria interna da CMI em termos técnicos suficientes para compartilhar e formalizar a seleção, programação e cronograma geral de execução dos trabalhos de auditoria interna. Nele é apresentado um extrato da matriz de risco elaborada internamente no setor.

Entre os novos mecanismos que incrementaram a CMI, permitidos pelo modelo de gestão administrativa no biênio 2017-2018, foram criadas ferramentas como o painel de monitoramento do Portal da Transparência, painel de monitoramento de regularidade, planos de acompanhamento integrados, relatórios preliminares de auditoria, estudos especiais, minutas de instruções normativas e orientações, dentre outros.

Cita-se ainda o convênio de cooperação com a Controladoria da Prefeitura da Cidade do Recife, que trouxe o intercâmbio de metodologias, práticas e sistemas entre PCR e MPPE.

Principais ações da CMI

- Monitoramento do Portal da Transparência, com evolução da 28ª para a 1ª posição no Transparentômetro do CNMP.
- Elaboração de matrizes de riscos para contratos e controle interno.
- Acompanhamento das prestações de contas dos exercícios 2016 e 2017 junto ao TCE.
- Orientação sobre o processo de inventário do MPPE.
- Prospecção de parcerias e formalização de convênio de cooperação com a Controladoria Municipal do Recife.
- Mapeamento e versionamento de processos críticos do Controle Interno.



Workshop de Saúde trouxe orientação sobre práticas saudáveis para os integrantes do MPPE

Melhoria da qualidade de vida como objetivo do trabalho

Valorizar e qualificar os integrantes do Ministério Público de Pernambuco é o lema da Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas (CMGP). Entre as principais ações no biênio 2017-2018, pontua-se o concurso público para técnicos e analistas ministeriais, com 23 vagas imediatas mais cadastro reserva para diversos cargos, para assim recompor o quadro de servidores.

Foram abertas 13 vagas para técnico ministerial, cargo que exige o certificado de conclusão do ensino médio, mais cadastro reserva. Já para os cargos de analista ministerial, as dez vagas foram distribuídas entre analistas da área Jurídica, Auditoria, Biblioteconomia, Documentação e mais cadastro reserva para estas.

Também foram realizadas provas para os cargos de analista ministerial nas áreas

de Serviço Social, Arquitetura, Medicina, Engenharia Civil, Jornalismo, Informática e Pedagogia. Para esses cargos não há vagas imediatas, de modo que os aprovados vão compor cadastro reserva durante a vigência do concurso, que será de dois anos e poderá ser prorrogado por igual período.

As provas foram aplicadas no dia 2 de dezembro e, de acordo com o cronograma divulgado, os resultados finais das provas

objetivas, discursivas e de títulos deverá ser publicado em 1º de fevereiro de 2019. Em seguida, terá início o processo de convocação e entrevista dos candidatos que se autodeclararam negros. Ao fim desse trâmite, a publicação do resultado final está prevista para ocorrer em 16 de abril de 2019.

Além do concurso, deve-se frisar a reposição salarial nos percentuais de 4% em 2017 e 4% em 2018 para os servidores do



Membros e servidores praticaram a integração e qualidade de vida nas III Olimpíadas do MPPE, realizadas em dezembro de 2017



Filhos de servidores recebem certificados do programa Viva a Gentileza

quadro efetivo; a criação e implantação do auxílio-saúde para os membros no valor de R\$ 500,00, retroativo a março/2018; assim como a redução da diferença de entrada em 1% para membros.

Outras ações dignas de lembrança são a ampliação do prazo para apresentação dos Servidores à Junta Médica Estadual, quando da necessidade de licença médica, onde os primeiros quinze dias são concedidos administrativamente; elaboração e apresentação no Workshop Saúde 2018 de Projeto para criação da Gerência de Saúde, para ações de prevenção, acompanhamento de licenças médicas e perícias médicas de membros e servidores; regulamentação e implantação do Projeto Piloto de Teletrabalho para servidores; implementação do novo modelo de identidade funcional, contemplando inovação, praticidade e segurança; validação das competências organizacionais pelo GT Gestão por Competências e Primeiro Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas, com foco na Governança.

Pensando no desenvolvimento pessoal dos integrantes da Instituição, o Programa de Preparação para Aposentadoria deu se-

quência às atividades no biênio 2017-2018. O objetivo dessa iniciativa é despertar uma reflexão pessoal sobre perspectivas de vida, como o planejamento financeiro e de investimentos para a aposentadoria e a busca por novas atividades, hobbies e objetivos pessoais para aqueles que cumprem o seu tempo a serviço da Instituição.

Dentre as demais atividades voltadas para o público interno com o objetivo de fomentar boas práticas, destacam-se o Programa Qualidade de Vida do MPPE, o Workshop Saúde 2017, em parceria com a Universidade Maurício de Nassau, e o 2018, em parceria com o IMIP e a Faculdade Pernambucana de Saúde; as Oficinas de Desenvolvimento; Encontro dos Administradores de Sedes; Integração dos novos Estagiários; Programa Gentileza; realização de oficinas de integração e desenvolvimento nas Sedes das Circunscrições Ministeriais em 2018 para promover a prevenção de transtornos emocionais, ansiedade, fobias, insegurança, pessimismo, comportamentos agressivos, depressão, estresse, entre outros temas que incentivem a melhoria da qualidade de vida.

Concurso para servidores

30.490
inscritos

23 vagas
imediatas



Foto: AMCS

Assessoria de Segurança promoveu treinamento de combate a incêndio e pânico em parceria com o corpo de Bombeiros

Um MPPE mais seguro e consciente de como se proteger

A Resolução n.º 07/2018 e a Portaria PGJ n.º 1.170/2018 - atendendo à Resolução n.º 156/2016, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – estabeleceram no MPPE, em agosto de 2018, uma nova estrutura para a gestão estratégica da segurança institucional da organização. Por meio dos documentos, foi criado o Comitê de Segurança Institucional (CSI), tendo como presidente a promotora de Justiça Selma Magda Pereira Barbosa Barreto; o Subcomitê de Política de Segurança Institucional (SubCPSI), com presidência do secretário-geral adjunto do MPPE, Gustavo Rodrigues de Lima; e o Subcomitê de Segurança de Pessoas (SubCSP), com presidência do procurador de Justiça Sílvio José Menezes Tavares.

O Comitê elabora e coloca em prática planos visando à proteção e salvaguarda da própria instituição e seus integrantes. Assim, com seus subcomitês, desenvolve ações orgânicas de segurança de pessoas, materiais, instalações e informação, articulando ainda cursos e palestras.

O objetivo também é incentivar a cultura da segurança dentro do MPPE, entre os servidores, a fim de que seja possível neutralizar possíveis ameaças e atuar de forma preventiva e protetiva. Entre as normas, por exemplo, estão os acessos aos edifícios e conscientizar os servidores e mem-

brs sobre quem pode realizar o manejo de informações sobre o MPPE.

“Segurança é um assunto de todos e somente com sensibilização é possível fazermos um trabalho efetivo. Pretendemos com o trabalho do CSI desenvolver protocolos de atuação que permitam uma maior padronização dos procedimentos, estabelecendo, também, uma estratégia de segurança de tecnologia da informação”, disse a subprocuradora em Assuntos Institucionais, à época, Lúcia de Assis.

A Assessoria Ministerial de Segurança Institucional (AMSI) ainda elaborou minuta do Plano de Segurança Institucional do MPPE, documento que consolida e norteia os processos e procedimentos de segurança da organização.

“Neste documento, integramos ações de planejamento e execução das atividades de segurança institucional, bem como garantimos o pleno exercício de suas atividades”, disse o assessor ministerial de Segurança Institucional, coronel da Polícia Militar Denys Lima.

Entre o planejamento de atividades do CSI está o mapeamento da gestão de riscos, a disponibilização de atendimento aos procuradores, promotores e servidores; implantação de uma estrutura física para abrigar a área estratégica de segurança;

e também a avaliação da necessidade de aquisições de materiais e equipamentos.

Também está previsto um sistema de controle de acesso (catracas) para os edifícios Roberto Lyra e Paulo Cavalcanti e, também, a aquisição de solução de controle de acesso para as 95 Promotorias de Justiça localizadas nos fóruns.

No mês de julho de 2018, a AMSI recebeu um reforço: mais dez policiais militares foram designados para garantir a segurança pessoal de membros e das instalações do MPPE.

O procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, lembrou na ocasião que, no intervalo de 12 anos, três promotores de Justiça foram assassinados em Pernambuco. “A segurança institucional é primordial. Precisamos avançar ainda mais”, adiantou.

Ainda em junho último, Francisco Dirceu Barros se reuniu com o presidente do Tribunal de Justiça (TJPE), desembargador Adalberto de Oliveira Melo, para debater a segurança das Promotorias localizadas dentro dos fóruns. No encontro, Francisco Dirceu Barros destacou a preocupação com a segurança das áreas, das instalações, dos servidores e membros do MPPE, bem como dos cidadãos que procuram as unidades do MPPE.



Foto: AMCS

**Centro Cultural Rossini Alves
Couto passou por uma
restauração estrutural e
teve sua fachada reformada**

Projetar, construir e assessorar por um MPPE mais atuante

A Coordenadoria Ministerial de Apoio Técnico e Infraestrutura (CMATI) auxilia os promotores de Justiça emitindo laudos e pareceres sobre os assuntos de Engenharia, Arquitetura, Assistência Social, Psicologia, Nutrição e Contabilidade. Além disso, o setor elabora os projetos de novas sedes e layouts de salas; fiscaliza a execução das obras e cuida da manutenção das sedes já existentes.

A Gerência Ministerial de Contabilidade (GMC) assessora sobre a correta aplicação e destinação dos recursos públicos, além de dar mais celeridade aos procedimentos contábeis que chegam para análise.

A equipe de contadores da GMC, durante o exercício de 2017, recebeu 241 procedimentos, totalizando 923 volumes analisados. Destes, houve 166 pareceres técnicos, sendo atendidas demandas de diversas Circunscrições, totalizando 564 volumes.

Durante o exercício de 2018, a equipe recebeu 170 procedimentos, totalizando

425 volumes. Até novembro, foram analisados e emitidos 164 pareceres técnicos, sendo atendidas demandas de diversas Circunscrições.

A Gerência Ministerial de Arquitetura e Engenharia presta assessoramento às Promotorias de Justiça nos casos de perícias estruturais em imóveis e obras públicas, sejam equipamentos urbanos, edificações, escolas, creches, casas de eventos, presídios, etc.

São laudos que versam sobre obras inacabadas, superfaturadas, irregularidades na elaboração de projetos e na execução de obras, vícios construtivos em edificações de pequeno a grande porte, sinistros, acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida, funcionalidade, habitabilidade e estabilidade das edificações, segurança estrutural, meio ambiente, atendimento a questões urbanísticas, entre outras auditorias.

Ao longo dos anos de 2017 e 2018, o setor teve um nível de produtividade entre 20 a 26 laudos por mês, produzindo até se-

tembro de 2018 mais de 450 documentos técnicos periciais (laudos, relatórios e pareceres) sobre os mais diversos assuntos de Engenharia Civil e Arquitetura.

A Gerência Ministerial de Saúde e Assistência Social (GMSAS) presta assessoria técnica no que se refere às políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos sociais, em casos que envolvem violações de direitos de idosos, pessoas com deficiência, portadores de transtornos mentais, crianças e outras situações que envolvem situação de insegurança e abuso.

Participou ainda de ações em projetos ministeriais tais como Humanização do Parto e em grupos de trabalhos como o GT Racismo, GT de Audiodescrição, todos voltados a segmentos sociais em condições de vulnerabilidade, bem como na organização e execução de audiências públicas para discussões de temas relevantes como população de rua, residência inclusiva e pessoas em situação de abandono familiar após alta hospitalar.

O Departamento Ministerial de Infraestrutura (Demie) gerencia três divisões internas que são: Divisão Ministerial de Planejamento e Projetos de Obras e Orçamento (Dimpoo); Divisão Ministerial de Fiscalização e Execução de Obras e Manutenção (Dimfeom); e a Divisão Ministerial de Serviços e Manutenção (DIMSM).

A Dimpoo é responsável por elaborar todos os projetos arquitetônicos, seja de uma simples modificação em um layout, até reforma e construção dos imóveis que abrigam as promotorias e departamentos do MPPE.

Já a Dimfeom elabora os orçamentos e termos de referência das obras e reformas, além de fiscalizar o andamento delas, fazer vistorias e inspeções em nossos prédios assim como avaliações. No final de 2017, houve disponibilidade de recursos para finalizar as obras das Promotorias de Caruaru, Nazaré da Mata e Escada, que estavam paradas desde setembro de 2015. Hoje, se desenvolvem a fiscalização dessas obras e os termos de referência da sede única.

Até setembro, a DIMSM atendeu 95,83% de todas as ordens de serviço de 2018. Em 2017, fechou com 96,20% das ordens de serviço atendidas.

As auditorias de obras públicas realizadas pela GMAE identificaram possíveis danos ao erário da ordem de

R\$ 4,091 milhões

984

A GMSAS atendeu a 984 demandas nos últimos dois anos

A DIMSM possui um índice de cumprimento de ordens de serviços de

R\$ 95,8% em 2017

R\$ 96,2% em 2018



Foto: AMCS

Administração Superior vistoria obras do anexo da Promotoria de Justiça de Caruaru

Mais economia e agilidade nas compras e contratações de serviços

PE-Integrado e Projeto Governança em Aquisições contribuíram para assegurar a utilização eficiente dos recursos

A Gerência Ministerial Executiva de Compras e Serviços (GMECS) ganhou em otimização e planejamento ao aderir ao Sistema PE-Integrado, em novembro de 2017. A nova ferramenta tecnológica propiciou ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) a tramitação digital de todos os procedimentos de aquisição e contratação, inclusive dispensas e cotação de preços, que, desde então, passaram a ser realizados integralmente no ambiente web.

O PE-Integrado contempla os módulos de Gestão de Compras, Licitações, Contratos, Patrimônio e Almoxarifado. Foi efetivamente implantado em 6 de novembro de 2017 em todo Pernambuco, incluindo o MPPE, o Tribunal de Contas Estadual de Pernambuco (TCE-PE) e o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), especificamente nos módulos de Solicitação de Compras, Cotação, Banco de Preços, Compra Direta e Pregão Eletrônico.

Por se tratar de uma ferramenta online, acessível por qualquer cidadão através da internet, a utilização do sistema permitiu relevantes ganhos em transparência e publicidade, contribuindo para o controle social das contas públicas.

Em abril de 2018 foi publicada a Resolução RES-PGJ nº 006/2018, a qual estabeleceu disposições transitórias de migração do então procedimento de aquisições de bens e serviços do MPPE para o Sistema PE-Integrado, de modo que todas as aquisições são agora processadas integralmente em meio digital.

Já em junho, foi publicada a Instrução Normativa nº 003/2018, instrumento que veio a preencher a lacuna nos critérios norteadores à pesquisa de preços relacionada ao processo de aquisição de bens e serviços na Instituição, permitindo maior segurança, padronização, transparência, eficiência e efetividade nesse macroprocesso.

Na perspectiva de economia de recursos públicos, o MPPE ganhou com o planejamento, ao evitar comprar no momento em

que os produtos estejam mais caros, além de contar com a possibilidade de reduzir preço unitário na compra em grande volume de materiais como papel, por exemplo. Mais de 95% do que o MPPE compra se repete de um ano para o outro.

Assim, com o PE Integrado é possível fazer adequações a fim de subsidiar as decisões da Administração Superior na compra de produtos e contratação de serviços, adotando o planejamento no que diz respeito à economia de escala, qualidade e momento mais adequado de compra, gerando economia de recursos para Instituição.

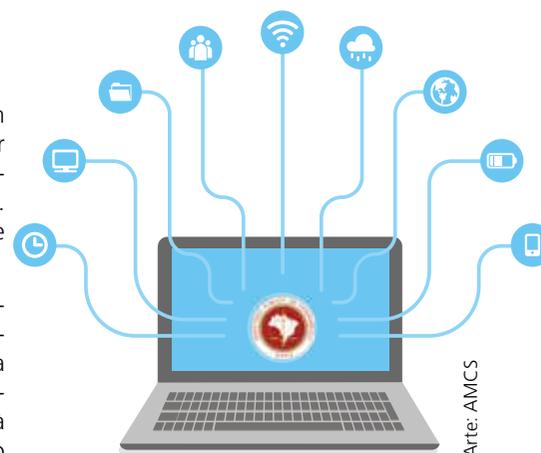
Além do PE-Integrado, para melhorar ainda mais as práticas de aquisições institucionais e aprimorar os critérios técnicos e objetivos para modernizar o macroprocesso de aquisições de bens e de contratação de serviços, a GMECS lançou, no início de 2018, o Projeto Governança em Aquisições.

O projeto visa a elaboração dos insumos necessários à excelência da temática para a Instituição, contribuindo, para a agilização dos processos, para a aperfeiçoamento dos recursos e para a boa aplicação da verba pública.

Um dos primeiros produtos do Projeto Governança em Aquisições foi a Resolução nº 005/2018, que regulamentou o fluxo de aquisições. Segundo o documento, todos os processos de aquisição de bens ou contratação de serviços devem ser inseridos e tramitar no Sistema PE-Integrado.

Para fins de planejamento e organização, os pedidos de aquisição/contratação são centralizados e realizados pelas coordenadorias, assessorias, cerimonial e Biblioteca, na qualidade de "demandantes especializados".

Para o exercício de 2019, com a concretização do produto Plano Anual de Aquisições (PAA), as aquisições/contratações, exceto nos casos de urgência e emergência, serão autorizadas por aqueles demandantes, de acordo com o cronograma de aquisições ratificado no exercício anterior.



Outro produto do projeto foi a instituição do Grupo Gestor de Aquisições (GGA), criado pela portaria POR-PGJ no 771/2018, com a finalidade de assessorar, opinar e sugerir à Secretaria Geral no macroprocesso de aquisições, especialmente quanto à manutenção, modernização, adequação e padronização de bens e serviços.

Como produto final, foi elaborado todo o Manual de Governança em Aquisições do MPPE, de modo a assegurar que as aquisições agreguem valor ao MPPE em benefício da coletividade.

Inovação e resultados positivos na execução financeira

A Coordenadoria Ministerial de Finanças e Contabilidade (CMFC), unidade ministerial responsável pela elaboração das demonstrações contábeis do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), atendeu, neste ano de 2018, a recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) criando o Departamento de Contabilidade e Custos e inovou com o desenvolvimento de painéis de BI, tais como o de Execução Orçamentária, o de Diárias e o de Créditos a Receber.

O Balanço Financeiro elaborado pela Coordenadoria, que demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, evidenciou que no exercício de 2017 houve um aumento do resultado financeiro, no

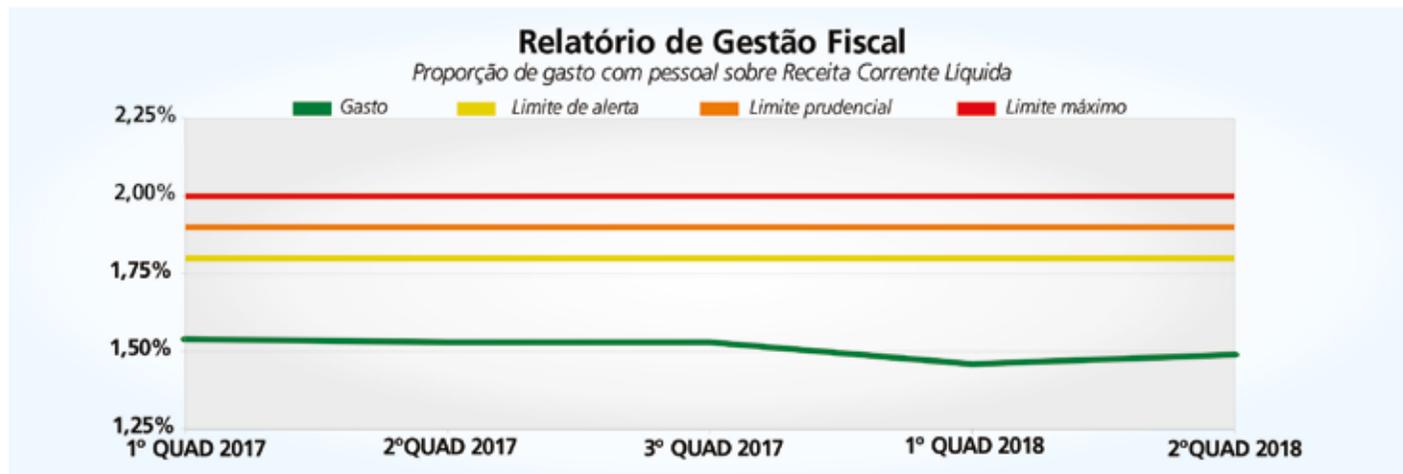
montante de R\$ 6.251.477,60 em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 2016, demonstrando, assim, uma elevação nas disponibilidades financeiras do MPPE.

Outras ações realizadas foi a revisão da Instrução Normativa (IN) de diárias dos servidores e a participação da Coordenadoria

na elaboração da IN de gestão de Contratos. A ação visou a melhoria dos processos internos e garantiu a adequação ao Sistema Eletrônico de Informação (Sei), implantado em 2018.

Ao longo dos dois últimos anos, o MPPE não só manteve como conseguiu reduzir o

percentual de comprometimento das despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, mantendo o índice abaixo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No primeiro quadrimestre de 2017, o índice era de 1,54%, já no segundo quadrimestre 2018 o índice foi de 1,49% (vide gráfico abaixo).



Sempre em busca do melhor negócio

As Comissões Permanentes de Licitações CPL e CPL/SRP buscam obter boas negociações vantajosas financeiras nas contratações realizadas pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), onde a competitividade de quem oferece os serviços e bens requisitados pela Instituição contribui de forma decisiva para a redução dos custos por meio dos lances verbais e negociações, atendendo com clareza os princípios da eficiência, celeridade e economia.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP está especificamente envolvida nos processos de aquisição de bens e contratação de serviços, através de dispensa e inexigibilidade de licitação, pregões eletrônicos, visando à formação de Atas de Registro de Preços, inclusive aqueles decorrentes de recursos de convênios, bem como formalização no sistema E-fisco das adesões às Atas de Registro de Preços de outras instituições.

O setor realizou as aquisições e contratações, através de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema Redecompras até março

de 2018. A partir daí, passou a adotar exclusivamente o Sistema PE-Integrado, que ampliou o espectro de competidores para obter propostas vantajosas para o MPPE.

Pelo lado da CPL, verifica-se que no exercício de 2017 foi orçado para os procedimentos licitatórios um montante de R\$ 2.082.217,45 e contratado o valor de R\$ 1.892.747,88. Dessa forma foi gerada uma economicidade média para a administração de 9,10%, no valor de R\$ 189.469,57.

Em 2018, até o mês setembro/2018, foi orçado nos processos licitatórios o valor de R\$ 2.418.406,00 e contratado o de R\$ 1.906.994,49. Assim a economia foi de 21,15%, no valor de R\$ 511.411,51.

Assim, no biênio 2017- 2018, até o mês de setembro último, foram orçados nos processos licitatórios o valor de R\$ 4.500.623,45, sendo contratado o valor de R\$ 3.799.742,37. A economia gerada no Biênio foi de 15,57%, no valor de R\$ 700.881,08.

Principais aquisições

- Equipamentos e serviços de informática: investimento de R\$ 2.253.550,00 em 2017 e R\$ 913.705,89 em 2018.
- Contratação de empresa para elaboração de laudos de avaliação de imóveis: R\$ 87.560,33 em 2017.
- Locação de imóveis, que possibilitou a descentralização das atividades dos membros: R\$ 1.270.279,80 no ano de 2017 e R\$ 327.056,00 em 2018.
- Contratação de produtos de software, suporte técnico, garantia de atualização e serviços especializados: R\$2.161.129,60.
- Aquisição de móveis de aço por R\$ 89.714,00.
- Contratação de capacitações para membros e servidores por R\$ 334.235,00.
- Contratação da Fundação Carlos Chagas para realizar concurso de novos servidores: R\$ 1.160.000,00 custeados pelas inscrições.
- R\$ 63.360,00 pagos à Caixa Econômica Federal pelo serviço de cobrança das inscrições do concurso.



Gestão sistematizada da logística, memória e patrimônio

SEI traz mais agilidade e praticidade na gestão de documentos de forma sistematizada, podendo ser utilizado até em aparelhos de telefonia

Com a missão de planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de apoio logístico do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a Coordenadoria Ministerial de Administração (CMAD) cuida e gerencia patrimônio, instalações físicas, armazenamento e preservação do acervo documental, transportes, reprografia e serviços gerais da Instituição.

Entre os destaques de atuação no biênio 2017/2018, tem-se a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Trata-se de uma ferramenta de produção e gestão de documentos e processos eletrônicos desenvolvida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e cedido gratuitamente à administração pública. A adesão do MPPE se deu através de termo de cooperação técnica junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), tendo sido iniciado em junho de 2018.

O SEI possui diversas funcionalidades que permitem estabelecer a gestão de documentos de forma sistematizada, contribuindo para celeridade na tramitação, na integridade da informação, geração de forma eletrônica, na portabilidade, podendo ser utilizado inclusive através de aparelhos de telefonia.

Com o sistema haverá uma redução considerável nos gastos com aquisição de

papel, reforçando o compromisso do MPPE com práticas sustentáveis.

Também merece citação o Memorial do Ministério Público de Pernambuco, denominado Espaço Memória. O objetivo do projeto é conhecer e divulgar a memória institucional do Ministério Público de Pernambuco, valorizando as ações do parquet estadual junto a seus membros e servidores e à sociedade pernambucana.

A iniciativa de construção de memoriais para sua valorização e difusão vem sendo amplamente debatida pelo CNMP, tendo sido, aprovada, em 31 de janeiro de 2017, a implantação do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do MP, que prevê a construção de Memoriais dos Ministérios Públicos Estaduais.

O projeto, desenvolvido inicialmente pela Divisão Ministerial de Arquivo Histórico, se consolidou em parceria com a Comissão de Avaliação de Documentos. O Espaço Memória, em um primeiro momento, será desenvolvido em ambiente virtual, situado no sítio eletrônico oficial do MPPE. Com o desenvolvimento dos trabalhos e prospecção de novos documentos que poderão compor o acervo histórico institucional, vislumbra-se a criação de espaço físico, aberto ao público externo e com ambiente apropriado para pesquisa.

Motoristas recebem capacitação

Como parte de um projeto de capacitação voltado para capacitação de condutores de veículos do MPPE, foi realizado, em 29 de setembro, o I Encontro de Condutores. O evento detalhou a Resolução PGJ 012/2018 que trata da utilização da frota.

A iniciativa, que buscou uma melhor qualidade no atendimento aos usuários e uma melhor qualidade de vida para os condutores do MPPE, contou com o apoio interno da Escola Superior do MPPE, da Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas e da Assessoria Ministerial de Segurança Institucional.

Ainda houve capacitações com temáticas relacionadas à legislação e segurança no trânsito, além de direção defensiva e ofensiva.

Acervo rico e automatizado para dar suporte ao conhecimento

No biênio 2017-2018, o acervo da Biblioteca Procurador Olímpio da Costa Júnior passou a 18.655 itens, entre livros e periódicos, impressos e digitais, relacionados a áreas sociais, com enfoque maior na área jurídica. Regulamentada pela Instrução Normativa PGJ-001/2013, a Biblioteca tem como objetivo gerir recursos informacionais com eficiência e rapidez para atender às atividades fim e meio do Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Por ser automatizada, a consulta ao acervo, renovação, sugestão ou reserva de livros é realizada pela internet. Atualmente, utiliza o Sistema de Automação de Bibliotecas (Siab), na versão de março de 2017, com alimentação constante, onde os documentos só vão ao acervo após cadastrados para que os usuários possam consultar as obras.

“Com um volume cada vez maior de informação dispersa e a sociedade necessitando cada vez mais de um Ministério Público eficiente e atuante na busca pelo respeito à cidadania em toda sua plenitude, as ações desenvolvidas pela Biblioteca visam a que a atividade fim da Instituição

não perca tempo procurando a informação e sim acelere os processos existentes, dando um retorno rápido para a sociedade que precisa de respeito e justiça”, comentou a diretora da Biblioteca, Rosa Dalva Rivera de Azevedo.

Podem usufruir do acervo usuários institucionais, procuradores e promotores de Justiça, servidores efetivos, servidores de outros órgãos enquanto à disposição da instituição, funcionários terceirizados durante o contrato de prestação de serviço, estagiários durante o vínculo institucional e outras bibliotecas parceiras na área jurídica. Ao público em geral é reservada apenas a consulta ao acervo e a solicitação de pesquisas.

“O desenvolvimento da coleção é formado por três atividades básicas: seleção, aquisição e descarte. É indispensável que estas ações ocorram para que a coleção não se torne inchada, sem vida, e sim cresça qualitativamente”, explicou Rosa Dalva.

Hoje, o espaço onde está localizada, no Centro Cultural Rossini Alves Couto, dispõe

de 222,51 m2 de área, com um espaço climatizado todo destinado ao acervo de livros, periódicos, recepção, sala de pesquisa, sala de processos técnicos, contando com oito microcomputadores, três ramais telefônicos, duas impressoras e uma scanner/impressora, um scanner de mesa, dois leitores óticos, duas impressoras térmicas, dois teclados PIN e sistema antifurto.

Os usuários podem ter à disposição:

Biblioteca Digital - Disponibiliza na intranet 13 títulos de periódicos da Editora Fórum, exclusivo para o público interno.

Magisternet – Assinatura com 30 pontos de acesso simultâneos, que possui um acervo jurídico em mídia digital, cobertura legislativa completa e atualizada diariamente, com mais de 40.000 normas, milhares de julgados dos principais tribunais do País e matéria doutrinárias, sendo ainda repositório autorizado do STF, STJ e TST. Foram cadastrados e distribuídas senhas de acesso para cada Sede de Circunscrição e principais órgãos da instituição.

■ Cerimonial

Aperfeiçoamento em cuidar dos atos solenes

Mais um biênio onde a Diretoria Ministerial de Cerimonial (DMC) trabalhou com a missão de cuidar dos procedimentos e protocolos na realização, planejamento, organização e execução de atos e solenidades dentro e fora da Instituição.

Foram 150 eventos nos últimos dois anos, 35 deles realizados no interior do Estado. Neste biênio, o Cerimonial contou com instalações no prédio do Anexo-III da Rua do Imperador, proporcionando maior agilidade para acompanhar a agenda inter-

na e externa do procurador-geral e receber autoridades e visitas protocolares.

Houve ainda a reestruturação da equipe de trabalho, com a entrada de servidores e com a qualificação de profissionais através de cursos e seminários.

Foi ainda importante a participação ativa na Comissão de Trabalho de Cerimonial e Protocolo do Ministério Público dos Estados e da União (CTCEMP), contribuindo para a elaboração de dez notas técnicas, para normatizar atividades do Cerimonial.

150

Foram 150 eventos nos últimos dois anos, 35 deles realizados no interior do Estado.

Estratégias de comunicação incrementadas após a normatização

Comunicação do MPPE intensifica sua produção e sua meta de informar a sociedade sobre as ações da Instituição



Foto: AMCS

As estratégias de comunicação do MPPE foram incrementadas no biênio 2017/2018, assim como bem definidas e normatizadas. A Resolução PGJ nº08/2018 ajustou a normatização da Assessoria Ministerial de Comunicação Social (AMCS). O texto define as regras gerais e de caráter principiológico são de acordo com as estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), cuja política nacional foi instituída de forma colaborativa, com a discussão de membros e servidores em diversas ações nacionais, a fim de regulamentar a comunicação social do Ministério Público e garantir seu alinhamento aos princípios constitucionais e ao Planejamento Estratégico Nacional.

Assim, a Comunicação Social do Ministério Público orienta-se, entre outros, pelos princípios da impessoalidade, da publicidade, da transparência, do respeito aos direitos fundamentais, da verdade e da acessibilidade, devendo estabelecer canais de comunicação que estimulem o debate e a participação de cidadãos e de integrantes da instituição. A divulgação de informações

ao cidadão será completa, precisa, acessível e de qualidade, respeitadas as especificidades dos diferentes públicos, os direitos fundamentais e as questões de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Para ampliar o acesso da população e o diálogo com a sociedade, a AMCS promoveu a interiorização da comunicação, o fortalecimento da WebTV, pesquisas sobre a Comunicação Institucional e MPPE na Perspectiva do Cidadão Pernambucano, novos canais como a lista de transmissão no WhatsApp e newsletter para o público interno, e o perfil do MPPE no Instagram que alcança toda a sociedade.

Com seu novo fôlego em comunicação, o MPPE alcançou mais de 40 mil seguidores nas redes sociais Facebook, Twitter e Instagram; já no canal da TV MPPE no YouTube, são 133,5 mil minutos de matérias assistidas. Além disso, 6,3 mil notícias foram divulgadas positivamente na imprensa externa.

Foram 395 vídeos produzidos e 985 peças de comunicação criadas. Destques

para a reportagem especial Sentindo na Pele, sobre racismo na sociedade; e as premiações do kit educativo Corrupção. Tem Jeito, no Conbrascom 2017, e da Campanha Humanização do Parto finalista, no Prêmio CNMP 2017.

A AMCS também ousou testar novos formatos com as reportagens das duas séries MPPE na Estrada. A primeira foi veiculada no site do MPPE em maio de 2017 e apresentou a situação das cidades da Mata Sul que foram arrasadas por enchentes. A segunda foi veiculada em outubro de 2017 e acompanhou o impacto da chegada dos novos promotores de Justiça em cidades do Sertão do Estado. E o material foi tão rico que gerou inclusive uma exposição fotográfica, com imagens do jornalista Wilfred Gadêlha.

Já a TV MPPE em Foco produziu e lançou em 2018 o documentário especial Sentindo na Pele, que conta em 15 minutos a história dos 15 anos do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Discriminação Racial (GT Racismo) do MPPE).

O especial Sentindo na Pele conta a história do GT Racismo através de depoimentos de integrantes do MPPE e de movimentos sociais, a exemplo de Vera Baroni, à direita



AMCS percorreu o Sertão para contar os desafios dos novos promotores de Justiça



Capacitação para Membros e Servidores

Capacitar membros e servidores é assunto de primeira ordem no MPPE. A organização tem capitaneado uma série de eventos de treinamento e integração com foco na melhoria do desempenho institucional.



Promotores de Justiça participam do curso de Formação e Aperfeiçoamento do Promotor do Júri, no Centro Cultural Rossini Alves Couto

MPPE mais preparado

Ao longo dos dois últimos anos, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) tem investido de forma consistente na capacitação dos seus membros e servidores. Neste biênio, segundo balanço realizado pela Escola Superior do Ministério Público (ESMP), foram realizadas 70 atividades de capacitação que envolveram um público de 3.586 participantes, entre membros, servidores, estagiários universitários e público externo.

Entre as ações de destaque realizadas, segundo balanço elaborado, estão a ampliação do tempo de estágio para os estudantes de direito, aumentando de um para dois anos o tempo de permanência dos estudantes no MPPE; a criação e regulamentação da modalidade de estágio obrigatório para os estudantes de Direito - este é realizado mediante convênio de cooperação com universidades e faculdades; a regulamentação do curso de Ingresso e Vitaliciamento dos promotores de Justiça, por meio da Resolução n.º 004/2017; o curso de Aperfeiçoamento do Júri; o seminário de Atuação do MP no processo civil como autor e como fiscal da

ordem jurídica à luz do Código de Processo Civil; entre diversos outros.

A Escola também procurou aperfeiçoar a comunicação de informações entre seu público alvo, com a criação de uma lista de transmissão de informações, a criação de um canal institucional no YouTube para a transmissão ao vivo de eventos e também para a disponibilização ao público dos eventos gravados em vídeo, com divulgação dos links de acesso. "Temos procurado dinamizar ainda mais as ações de capacitação e estamos com as tratativas finais para a realização de convênio com a Faculdade de Lisboa para curso de mestrado e doutorado nas áreas cível e penal, na modalidade presencial", celebra o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

Ao todo, a ESMP investiu 1.303 horas de capacitação com seus atores institucionais, totalizando o investimento de R\$ 180.410,03 para a realização das diversas atividades. "Nossa busca é a melhoria da excelência do atendimento ao povo de Pernambuco. Nossos cursos e ações



Diretor da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco (ESMP), Sílvio Tavares



Foto: AMCS

estão sempre vinculados às demandas apresentadas pelo próprio público interno, visando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos”, disse o diretor da ESMP, Sílvio Tavares.

Ainda segundo ele, o MPPE tem envidado esforços no sentido de promover novos cursos, como o mestrado O SUS e os processos de metagovernança do Estado Brasileiro, que está sendo gestado com a Fiocruz, a especialização Étnico-racial em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a especialização sobre investigação criminal.

Membros e servidores participam de curso realizado pela ESMP

Entre janeiro de 2017 e outubro de 2018 foram realizadas 70 atividades de capacitação, com o envolvimento de público total de 3.586, sendo 668 membros, 750 servidores, 657 estagiários universitários e 1.511 do público externo.

Projetos educacionais e de ausculta dos movimentos sociais e demais segmentos da sociedade

- IV e V Encontro do MPPE sobre os direitos da pessoa idosa.
- II Seminário MPPE de educação inclusiva.
- Oficina Inclusão: compromisso de todas e todos.
- Seminário Diálogos inclusivos (saúde mental e assistência social).
- Encontro Mulher e cidadania: o MP e o diálogo com a sociedade (a mulher e o mundo do trabalho).
- Encontro Mulher e cidadania: o MP e o diálogo com a sociedade (a mulher e o direito à saúde).
- Encontro Mulher e cidadania: o MP e o diálogo com a sociedade (violência contra a mulher).
- Encontro Mães e cidadania : o MPPE em diálogo com a sociedade.
- Seminário Direitos dos usuários de planos de saúde: principais demandas em planos coletivos e a judicialização da saúde suplementar.
- Palestra: O papel do Ministério Público no enfrentamento à intolerância religiosa em relação aos cultos de matriz africana.
- I Encontro sobre a atuação do serviço social no MPPE: contexto e desafios.
- Moradores de rua: situação em Recife.
- Encontro Proteção dos Manguezais.

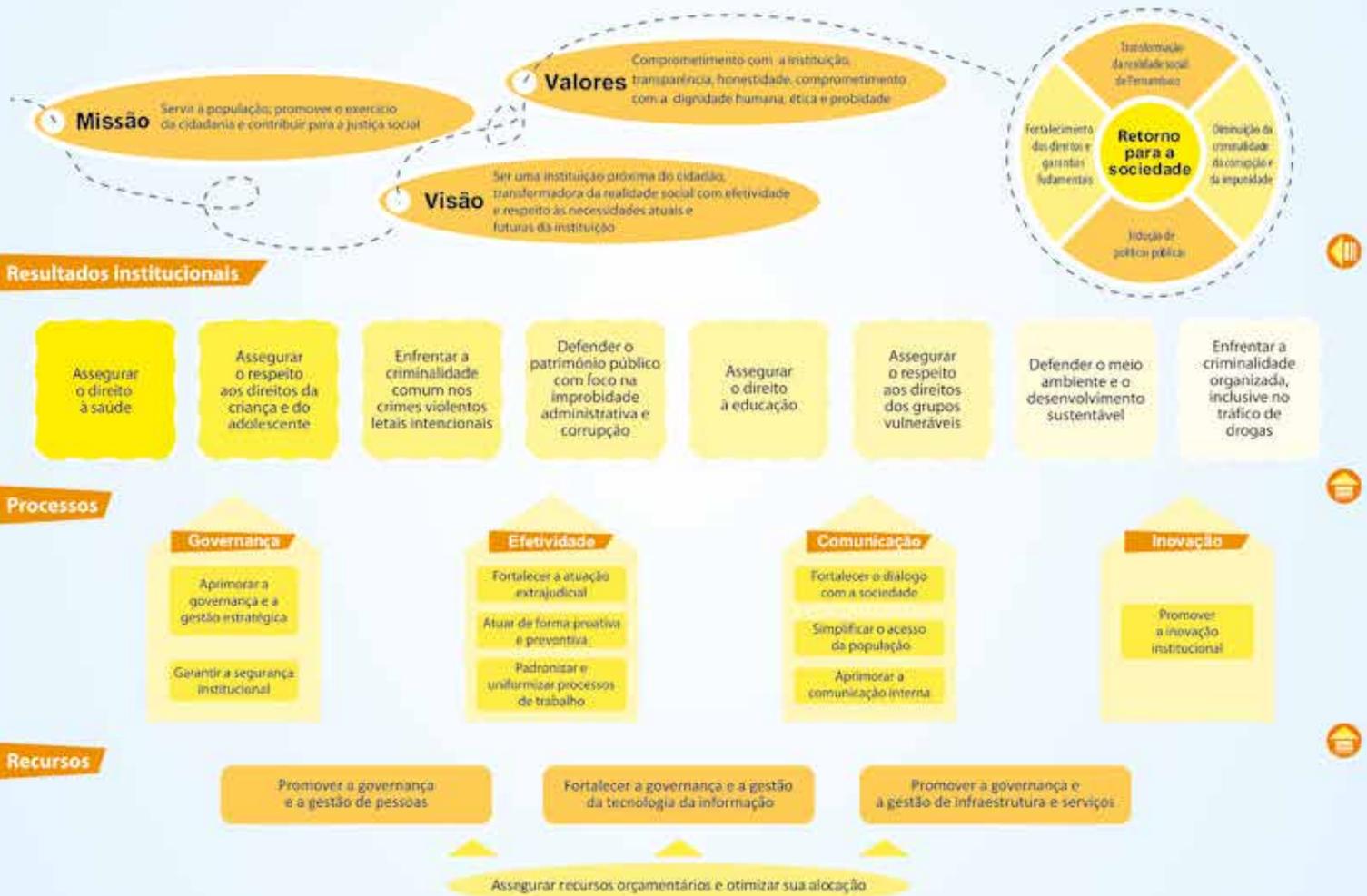
Eventos realizados em parceria com os Centros de Apoio às Promotorias e Comitês do MPPE.

Quadro resumo das atividades desenvolvidas pela ESMP:

Resumo	2017 e 2018
Cursos	43
Outras atividades	38
Carga Horária	1.303
Membros	668
Servidores	750
Estagiários	657
Público Externo	1.511
Público total	3.586

Mapa Estratégico

Ministério Público de Pernambuco 2018-2023



GESTÃO ESTRATÉGICA
MPPE 2018-2023



Espaço MEMÓRIA

A valorização da memória de uma instituição fortalece suas bases e reforça seus valores de atuação na sociedade. Para aprimorar o conhecimento e divulgar a memória institucional do MPPE foi criado o Espaço Memória, que abrange a conservação de registros documentais de naturezas diversas como documentos manuscritos, impressos, iconográficos, digitais e outros. Mais que preservar o acervo antigo, o Memorial atua para organizar e analisar os registros históricos e assim atribuir sentido ao passado como forma de compreender o presente e planejar futuras ações.

Como iniciativa da Comissão de Avaliação de Documentos, com apoio da Divisão Ministerial de Arquivo Histórico, o Espaço Memória está disponível em ambiente virtual no site do MPPE.

Conheça a nossa história, amplie seu olhar sobre as realizações do MPPE para a sociedade. mppe.mp.br/espacomemoria

